

ENVOLVIDO(A)-COM O CRIME: tramas e manobras de controle, vigilância e punição

Fatima Cecchetto¹

Jacqueline Muniz²

 *& Rodrigo Monteiro³*

Palavras-Chave

Juventudes; envolvimento; controle social; vigilância; vulnerabilidade social

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. Hipervigilância, supercontrole: a produção da desconfiança multilateral. 3. Caminhos de suspeição e descaminhos da sociabilidade: rotas, desvios e fugas. 4. Entre o merecimento e o envolvimento: vítimas, suas produções e seus empreendimentos. 5. Conclusão. 6. Referências.

Resumo

O artigo problematiza a categoria envolvido-com o crime, suas tramas, manobras de controle e vigilâncias. Discute-se como esta noção tem sido mobilizada na distribuição seletiva de punição das juventudes da periferia, evidenciando a trama de rotulações que põe em operação deslizamentos de sentido entre as noções de “bandido e “vulnerável”. Analisa-se ainda o acionamento de moralidades que justificam graus de “empreendedorismo” ou de gerência de si dos favelados e, por conseguinte, os seus níveis de merecimento de terapias punitivas ou de “resgate social”. A categoria envolvido revela uma ambição de tutela policial maximizada pelo apetite de criminalização não só dos indivíduos, mas também de seus vínculos sociais.

¹ Cientista Social, doutora em Saúde Coletiva, pesquisadora do Instituto Oswaldo Cruz, Professora do programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). E-mail: face.fiocruz@gmail.com.

² Doutora em Ciência Política. Professora Adjunta do Departamento de Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). E-mail: jacquelineoliveira.muniz@gmail.com.

³ Doutor em Saúde Coletiva, Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Ciências Sociais (LAPECS E-mail: rodearmo@yahoo.com.br).

INVOLVED WITH THE CRIME: plots, control maneuvers, surveillance and punishment

*Fatima Cecchetto
Jacqueline Muniz
& Rodrigo Monteiro*



Keywords

Youth, involvement, social control, surveillance, social vulnerability.

Abstract

The article problematizes the category involved with crime, its plots, control maneuvers and surveillance. It is discussed how this notion has been mobilized in the selective distribution of punishment of youths in the periphery, highlighting the plot of labels that puts into operation slips of meaning between the notions of “bandit and vulnerable”. It also analyzes the triggering of moralities that justify degrees of “entrepreneurship” or self-management of the slum dwellers and, consequently, their levels of deserving punitive therapies or “social rescue”. The involved-with category reveals a police guarding ambition maximized by the appetite for criminalization not only of individuals but also of their social ties.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão que originou esse texto surgiu da inquietação acerca do uso, cada vez mais disseminado entre nós, das expressões “envolvido”⁴ e “envolvimento”, como um expediente rotineiro de fabricação de nexos causais, percebidos como negativos ou comprometedores, entre as pessoas e suas interações. Mostrou-se instigante o notável rendimento destas categorias nas práticas discursivas de controle, vigilância e correção. Suas serventias ganham relevo como uma nova forma de rotulação criminal, especialmente quando acionadas para situar as juventudes pobres do Rio de Janeiro. Diante desta curiosidade inicial, tomou-se como rumo analítico a compreensão das diferentes dimensões de uma acusação muito presente no cotidiano dos jovens de favela: a do envolvimento-com-o-crime, focalizando a dimensão estrutural em que se manifesta, os espaços e as relações que afeta e contamina.

A categoria *envolvido-com* tem sido acionada em contextos atravessados por sociabilidades alimentadas pela desconfiança e suspeição recíprocas. Este é o caso, por exemplo, do mundo da política⁵ e do chamado “submundo do crime”. Na ordem do discurso popular, estes mundos gestariam sujeitos mal intencionados imersos em relações perigosas. Um e outro mundo produziram “bandidos” de colarinho-branco e comum. Contudo, estes últimos, uma vez reconhecidos como totalmente *envolvidos-com* a criminalidade, seriam os *matáveis*.⁶ Em outras palavras, seriam proprietários de vidas desqualificadas,

⁴ Adota-se *envolvido-com*, em itálico, como uma forma de distinguir a categoria e seus modos de uso.

⁵ Desde 2009, políticos e empresários brasileiros, denunciados por crime de desvio e corrupção de verba pública, são investigados e presos pela denominada operação “lava-jato” conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal.

⁶ “Vida matável e insacrificável *do homo sacer*” é a expressão resgatada por Giorgio Agamben (2002) de um antigo termo do direito romano, cuja vida humana é incluída no ordenamento jurídico unicamente sob a forma de exclusão, afirmando a sua absoluta “matabilidade”.

como indica Agamben (2002), ou de vidas desperdiçadas que dispensariam reabilitação, como aponta Bauman (2005).

A insígnia de *envolvido-com* mobiliza vigilâncias difusas e controles estendidos sobre e entre os grupos sociais, em especial aqueles subalternizados. Sua instrumentalidade cobre uma vasta área de classificação, comportando intensidade e flexibilidade em sua aplicação aos indivíduos, de forma a dar conta de criminalizar toda e qualquer interação, interina ou duradoura, em qualquer dimensão da vida social.

As manobras de sentido e os efeitos deste modo suspeito de classificar foram objeto de pesquisa etnográfica realizada em duas favelas cariocas, o Complexo do Alemão⁷ e o Morro do Falet,⁸ entre 2016 e 2018. As atividades de pesquisa envolveram conversas informais e entrevistas grupais com 15 jovens de ambos os sexos e cores, visitas por eles guiadas às comunidades, participação em festas e em momentos de lazer nas localidades. As idas ao campo foram mediadas por líderes comunitários com os quais já havia diálogos constituídos por pesquisas anteriores. Eles serviram como uma ponte até os jovens participantes ou não de projetos sociais.

As localidades pesquisadas apresentam distinções face às hierarquias de prestígio e de acesso à infraestrutura urbana que informam os locais de moradia na cidade do Rio de Janeiro, bem como suas reputações sociais relacionadas às representações sobre o crime e a violência nos espaços populares.

⁷ O Complexo do Alemão tem uma população de cerca de 70 mil habitantes e é formado por mais de 15 localidades, na região norte da cidade. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/Última consulta em 30/03/2019>.

⁸ O morro da Falet integra um complexo que inclui favelas de vários bairros do centro da cidade. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/Última consulta em 30/03/2019>.

A divisão em Zona Sul e Zona Norte⁹ serve como uma referência para os deslocamentos físicos e simbólicos dos sujeitos pela cidade. O Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na Zona Norte, é populoso e menos aparelhado em termos urbanísticos e sociais. O morro do Falet, por sua vez, está situado em uma região central, é menos povoado e próximo a bairros com maior acesso a equipamentos sociais de turismo e lazer. Um ponto de contato entre essas localidades seria o fato de terem sido implantadas entre 2011 e 2012, as UPP - Unidades de Polícia Pacificadora, cujos dramas e tramas foram rememorados nos encontros.

O artigo está estruturado em quatro partes, incluindo esta introdução. A primeira, “*Hipervigilância, supercontrole: a produção da desconfiança multilateral*”, inicia-se com um denso relato etnográfico sobre a chegada ao campo. A partir deste percurso busca-se problematizar o caráter multidimensional, itinerante e difuso dos controles e das vigilâncias, pondo em evidência a constituição horizontal e vertical de cercas e as manobras realizadas pelos sujeitos para reafirmarem ou romperem suas fronteiras. Revela-se, ainda, políticas de sentido orientadas pelas representações do medo que alimentam a memória social relacionada com o território-favela. São colocadas sob escrutínio as engrenagens que movimentam as dinâmicas de suspeição nas narrativas sobre os favelados.

Na segunda parte, “*Caminhos de suspeição e descaminhos da sociabilidade: rotas, desvios e fugas*”, o eixo fundamental é a economia política do ser, ficar ou estar envolvido. Descreve-se a dinâmica da produção de controles estendidos e de vigilâncias difusas

⁹Esta divisão, geográfica e simbólica, situa os indivíduos em um ethos específico. Do local onde se mora deduz-se uma posição socioeconômica na hierarquia social. No Rio de Janeiro, tem-se a associação entre Zona Sul-riqueza e Zona Norte-pobreza.

que a acusação de *envolvido-com* circunscreve. Desvela-se o funcionamento de sua engrenagem classificatória como um empreendimento moral, anunciando os seus meios de funcionamento, os seus modos de manejo diante das finalidades que lhe conferem serventias. Na terceira parte, “*Entre o merecimento e o envolvimento: vítimas, suas produções e seus empreendimentos*”, discute-se a associação entre juventudes e vulnerabilidades e as suas possíveis implicações no reforço de estereótipos negativos sobre jovens pobres. O medo de morrer, o medo de sobrar e outros medos constituem o foco da reflexão, lançando luz sob a construção moral da vítima empreendedora de seu próprio resgate social como uma alternativa de cura para alguns frente à possibilidade de eliminação para muitos.

2. HIPERVIGILÂNCIA, SUPERCONTROLE: A PRODUÇÃO DA DESCONFIANÇA MULTILATERAL

Final de tarde. Uma missão: “tirar favela”.¹⁰ Um desafio: corrida com obstáculos. Uma disposição: ouvir sucessivas recusas do UBER e de taxistas. Um alerta: “Cuidado! Este destino está em uma área com maior risco de crime”.¹¹ Uma novidade: navegadores para dispositivos móveis previnem o usuário de “por a sua vida em risco sem merecer”, “entrando errado na comunidade”. Uma justificativa mais do que recebida: “o aplicativo está mandando não subir não”. Uma frustração: mais uma corrida cancelada! Já na quarta tentativa, entre dedos cruzados e mensagens trocadas no WhatsApp sobre a dificuldade de chegar, tem-se, enfim, o aceite do motorista do 99 Taxi: “é perigoso,

¹⁰ Tirar e medir favela se referem a modos distintos de circulação na favela e são usados por moradores, traficantes e policiais.

¹¹ A identificação de áreas de risco no Rio de Janeiro, por meio do navegador Waze, teve início nas Olimpíadas de 2016. Correspondem a regiões sob domínios armados ou onde há notícias de tiroteios entre estes grupos e destes com a PM (polícia militar). A “área de risco” aparece como uma realidade dada e cujos conteúdos que a definem aparecem naturalizados.

mas te levo lá”. Partiu Santa Teresa. Partiu, destino, Morro do Falet. Rio de Janeiro.

Comunidade a dentro inaugura-se um silêncio pontuado pelos PM (policiais militares) com fuzis na divisa do morro, entremeado por interjeições e falas monossilábicas. Percurso acima feito sob tensão: será que vai dar para entrar e sair? O que vem pela frente? Confronto armado? Bala perdida? Blitz policial? Barreira do tráfico? A reputação partilhada sobre o território-favela revela-se, na sua generalidade, por meio de imagens negativas que tomam a mente de imediato e em modo disparo. Cliques sucessivos de uma memória social que se faz desiludida para melhor servir à gestão pragmática do desengano (Pollak, 1989; Nora, 1993; Muniz & Mello, 2015). Um efeito de cálculo para manejar com um presente em desencanto, percebido como se estivesse sob ataque contínuo do imprevisto. Um presente, refém da provisoriidade que emerge da violência vista “por quem não é daqui” como subterrânea e latente, e que se acredita sedimentar o vulnerável chão da favela. Violência concebida como ontológica e atávica, identificada desde o seu embrião, lá na própria sociabilidade dos jovens subalternos, no DNA das comunidades populares, tão ao agrado de uma sociologia evolucionária, de senso comum.¹² “Isto aí não tem conserto” dizia o *rap* do motorista que seguia ritmado pelo apontar com o queixo os sinais dos perigos identificados na paisagem periférica. “Toda favela é assim”, a chapa esquenta de uma hora para outra, fazendo o morro tremer com abalos de sua gente incontida e com as cismas dos seus donos ressabiados. “Aqui não dá para vacilar”, advertia o motorista acionando o que seja o passado vivido, plantado de fora e situado ao longe, através

de lembranças anunciadas em formato de *lead* de jornal: “corpo de motorista do Uber foi encontrado na favela”; “guerra de facções deixou 8 mortos aqui”; “turista italiano foi assassinado deste lado ao entrar por engano”. Chamadas de capa saltavam em fila da sua boca e faziam um coreográfico *looping* de ameaças sobre nossas cabeças. Repetições, em voz gutural e solene, emprestavam dramaticidade aos enunciados. E, mais, lhes conferiam um estatuto de verdade, repercussiva e trágica, tão bastante de si que não se deixaria relativizar pelos fatos e contextos que lhe deram causa. Uma aflição em ritmo crescente transbordava a cada ruela virada, reverberando a convicção de que o GPS “joga você, sem querer, lá para dentro da favela”. Mas, como se tratava de querer mesmo está lá em uma delas, o Falet, toda atenção voltou-se para achar o Instituto Nando é Vida o mais rápido possível e, desta maneira, encerrar de vez a corrida da agonia.

Chegamos sãos e salvos ao local de encontro com os jovens. Resultado mais provável, porém, menos rendoso à economia política da insegurança, fundamentada na disseminação de ameaças difusas, que serve a propagação de ondas de agravamento do temor (Taussig, 1993; Muniz, 2013). Este modo repercutido de se constituir um discurso de verdade põe em operação a conversão da chance objetiva de vitimização em perigo simbólico que retroalimenta o medo e faz propagar ameaças difusas. Tem-se que um dado acontecimento é revestido por sucessivas camadas de notícias que encobrem o cálculo probabilístico do risco por uma contabilidade de juízos morais tomados como universais e que vaticinam a magnitude do perigo enunciado. Isto se dá pela repetição sucessiva de sínteses conclusivas apartadas das evidências e dos contextos que as fun-

¹²A essas visões contrapõem-se conceitos e argumentos desenvolvidos por Silva (2004), Zaluar (2004) e Misse (2011).

damentam. A cadeia de causalidade, construída a partir de motivos pessoais e provas particulares, é estrategicamente omitida, restando, na superfície do discurso, o encadeamento de convicções narradas como a mais real realidade. Revela-se uma engrenagem de ocultações do alcance explicativo das associações enviesadas efetuadas, por exemplo, entre favela, juventude pobre e violência.

Nas falas de boas-vindas, nossos anfitriões, responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos sociais para os jovens, explicitam que aguardavam, preocupados, a chegada dos professores da universidade. “Já estava preparado para descer e pegar vocês lá embaixo”, esclarece um deles. Momento ritual de empatia por identificação promovida pela vivência partilhada de percalços comuns: “imagine o que é a gente passar por isto todo dia! Eles falam que não dá para levar nem pegar. Não importa se é uma senhora idosa, um morador carregando compra. O jeito é dar o endereço lá debaixo e subir de carona, de van ou de moto-taxi”.

Uma lição rápida e dolorosamente aprendida pelos moradores de favela: para fazer uso do prosaico direito de ir e vir é fundamental saber manobrar, desde cedo, com os dispositivos internalizados de discriminação socioespacial (Goffman, 1988; Wacquant, 2001). Isto porque ao longo dos caminhos da mobilidade social muitos são os pedágios montados para conferir os passaportes sociais dos moradores de favela em seus deslocamentos físicos e simbólicos pela cidade.

Pegar um táxi, a gente faz várias tentativas antes de pegar o taxi. É, na quarta ou quinta. E agora o Uber também não quer subir, tanto para pegar a gente aqui como para levar para outro lugar, só lá embaixo. [Rapaz do Falet]

Diversas são as cercas itinerantes erguidas para garantir locomoções reversas que ambicionam mandar os indivíduos de volta ao final da fila da ascensão social (Hita & Gledhill, 2010). Várias são as fronteiras nômades constituídas para produzir controle do movimento e da circulação, lugar, por excelência, de produção de segurança (Foucault, 2008). Paradas móveis situadas mais aquém das entradas e saídas da comunidade, postadas mais além das expectativas de acesso aos bens urbanos e de ascensão social de seus integrantes¹³. Para experimentar a cidade e expandir horizontes, é preciso aprender escapular dos aparatos de controle que inscrevem (re)destinações no corpo e na alma dos indivíduos da favela, assim como introduzem cláusulas de barreira ou clausuras na memória de grupo. Evidencia-se o rendimento destas máquinas de dar flagrantes, descobrindo quem estaria fora do seu lugar, e de plantar forjados para confirmar recobrando este mesmo lugar estigmatizado como verdadeiro.

Eu mesma passei uma situação com um amigo quando a gente ia para praia, porque eles posam de riquinhos, são todos playboys mesmo, e eu estava lá com eles e aí eles foram parados, aí mostrou a identidade e (a polícia) olhou: Pode ir, pode ir! Eu fiquei parada assim: “Ah, se fosse no morro ia tomar muita... [Moça do Falet]

Vigiar para produzir controle sobre as mudanças de *status quo* e suas tentativas realizadas pelos jovens de favela. Vigiar para detectar jogos de aparência (Bourdieu, 2007), desmascarar e devolver ao lugar social de origem aqueles que conseguem saltar por sobre as cercas andarilhas da polícia e de outros mecanismos de vigilância, correção e contenção seletivas (Foucault, 1999).

¹³Sobre as formas de apropriação do espaço urbano por grupos sociais ver Magnani (1998), Frúgoli (2006), Agier (2011) e Augé (2012).

Vamos fazer uma comparação, que se um dos envolvidos na investigação da Lava Jato for surpreendido com bandido, vai dizer que não é nada demais, simplesmente um encontro para tomar um café e nada acontecerá, mas se o mesmo acontecer com algum deles ou qualquer outro morador de comunidade, o desenrolar será bem diferente provavelmente terminando na cadeia. [Moça do Complexo do Alemão]

Outra lição importante para os jovens de favela entrevistados é saber lidar com um ambiente atravessado por desconfianças recíprocas e, por sua vez, por suspeições maximizadas. Na comunidade há uma multiplicação dos olhos que tudo veem, de cabeças que de todos sabem e de línguas autorizadas a falar muito, mas de alguns poucos mortais.

As idas ao Complexo do Alemão e ao Falet aconteceram em alto verão. Um calor intenso e sem tréguas podia ser sentido. Como de costume, em dias muito quentes, não havia muitas pessoas caminhando pelas ruas, becos e vielas próximos ao trajeto que fizemos para chegar aos pontos de encontro. E, claro, não há nada de extraordinário ou de exótico nisto. Nunca estive em cartaz, no mundo real, aquela imagem folclórica de favela animada com gente pobre e feliz, colocando seus hábitos e costumes em exibição para passantes e turistas (Freire-Medeiros, 2009).

Como sabido por qualquer carioca, as almas residentes no Rio de Janeiro, familiarizadas com temperaturas elevadas, adquirem a prática de procurar sombra e água fresca na rua, no trabalho ou em casa. Porém, o peso do ar sobre as nossas cabeças, especialmente no Alemão, parecia muito maior

do que aquele que um barômetro seria capaz de medir. A pressão da atmosfera era de outra natureza: a experimentação de um estado de vigília continuado entre os que por lá vivem e circulam. O céu apresentava-se como um teto de chumbo rebaixado. E o chão parecia se levantar com erupções de um subterrâneo de práticas ilegais e clandestinas. Negócios mais ou menos tolerados pelos guardiões da Pena e da Espada do Estado, mais ou menos visíveis aos olhos da sociedade. E que chegam à superfície como um magma composto de traição, vingança, acertos de contas, alianças, patrocínio de eventos, promoção de festejos, ofertas de agrados e outros tipos de “fechamento”.¹⁴ Um clima de ressaca física e moral sinalizava que, de véspera, ocorrera, como de hábito, a combinação da fúria de alguma provocação armada com o som de alguma festa ao pulsar do “batidão” do funk. Tudo junto e misturado nos relatos do dia seguinte: gente disposta a guerrear, gente marcada para morrer, gente querendo só curtir, coisas de matar, coisas de beber, coisas de comer, coisas para dançar, coisas para resenhar. Disse um jovem do Falet: “Aqui é um lugar que pode está o tiroteio que for que a gente se sente seguro”.

Como se diz no jargão popular, “o ar estava muito carregado” e “pisava-se em ovos”. Poucas pessoas se arriscavam ao sol e ao receio para “medir favela” de lá para cá e de cá para lá. Seguindo para o nosso destino avistam-se silhuetas deslizando em *slow motion* por trás das cortinas, vultos passando em fragmentos pelos vidros envidraçados dos basculantes. Um sistema de alarme com olhos mágicos detecta: “gente de fora subindo”. Percebe-se a presença dispersa de vigilantes ocultos em estado de atenção.

¹⁴ Fechamento é uma expressão usada pelos jovens cariocas que designa alguma forma de aliança, de acordo entre partes, o reconhecimento de uma parceria.

Portas, janelas e cortinas cerradas apontam para a primeira linha de manutenção do ar refrigerado, um alívio de primeira necessidade propiciado, em boa medida, pelo gato de luz.¹⁵ Portas, janelas e cortinas entreabertas indicam a primeira linha de defesa da privacidade, da reserva dos dados pessoais e da vida privada, ali em situação continuada de escassez.

No interior das favelas, a habilidade de um mortal para gerenciar a sua exposição e o acesso dos outros à informação sobre si pode corresponder à difícil e delicada arte de autopolicimento. Para muitos, o simples estender do braço em uma janela ou na laje pode alcançar o interior da casa do vizinho. E com uma curta mirada, até mesmo desinteressada, enquadra-se a intimidade alheia no sofá da sala ou na cama de casal. É preciso se esforçar bastante para não ficar sabendo o que acontece ao lado e ao redor. Do contrário, acaba-se como plateia diária da vida cotidiana da vizinhança, tornando-se, de alguma maneira, afetado, enredado e, por fim, *envolvido-com*, querendo ou não, com o que acontece na favela para dentro. E isto vai das desavenças domésticas, passando pelo que acontece nas festas e comemorações, chegando até os movimentos do tráfico e às operações da polícia.

Se o ar parece denso, o espaço parece muito mais condensado, mais estreito e totalmente sob alcance de um olhar estrito. Tudo isto, um convite à curiosidade bisbilhoteira e a gerência da vida pessoal de antemão devassada. Como não estar “envolvido”? A possibilidade sempre aberta de exposição do que se passa porta para dentro e para fora, aponta para uma invasão em 360°, um avançar sobre os limites do outro em 3D, no

¹⁵ Este recurso, chamado de ‘bypass’ ou gato de energia, se espalhou por toda cidade. No caso dos espaços populares, opera com o apoio e a autorização do tráfico de drogas ou da milícia.

estilo do Programa Big Brother.¹⁶ Porém, com uma delicada e problemática questão: morador de favela se faz observável sem seu prévio consentimento. A autorização para sentir em conjunto lhe é imposta por constrangimentos como as formas de ocupação urbana e de dominação ali existentes.

Como não se vê envolvido? Assiste-se a uma teatralidade elevada ao seu exagero até nas atitudes mais simples, de somenos importância. Tem-se a impressão de que o recurso à encenação exasperada de si mesmo serve como uma escaramuça na administração dos conflitos diante de um expectador-censor à espreita de um vacilo. Qualquer vacilo que sirva como alegação moral para aplicar alguma punição ao morador de favela por apenas “ser cria da comunidade”. Esta encenação aprisiona as expectativas do outro ao estereótipo desenhado, produzindo alguma distância protetora entre a personagem querida como mais verdadeira e a encenação de seu papel como menos real.

Nas favelas visitadas, não se tem como experimentar plenamente, com tão curta distância física e moral, o anonimato cosmopolita no espaço público e a discrição polida no espaço privado. Ambos creditados ao comportamento civilizado vindo de fora (Elias, 1994). Exatamente entre um e outro, tem-se uma mistura do que é privado e do que é comum. Sua manobra é particularizada, caso a caso, segundo um código de conduta, ali operado, que dá conta do que deve ser segredo e do que se pode explicitar. Na favela, tudo se viu ou ouviu dizer. Mas as frases sobre o que se sabe são estrategicamente ditas de maneira a revelar sem se comprometer. Caminha-se na corda bamba das circunstâncias, do que é contin-

¹⁶ *Big Brother* é um Reality Show, criado para a TV Holandesa. O nome foi inspirado no livro 1984 de George Orwell. No Brasil, é exibido pela Rede Globo. Ver: <http://gshow.globo.com/realities/bbb/>. Última consulta em 30/03/2019.

gente, por meio do uso cauteloso e relativizado da categoria “depende”. Depende do que se fala, para quem se fala, de quem se fala, do lugar onde se fala, do momento para se falar. Enfim, “tudo tem um depende”, um calcular milimétrico e exaustivo, para tentar seguir à risca o traçado fugaz das cercas, e podem ser várias, que circunscrevem os limites do que pode ser conversado.

Observa-se o acionamento de retóricas defensivas constituídas sob um clima de ameaças estendidas que estão no ar, vindas de toda parte como rumores e disseminada por toda gente como boatos (Elias & Scotson, 2000). Cansaço e ironia misturam-se ao ter que depor, mais uma vez e de novo, sobre as mesmas questões para os mesmos interrogadores, os PMs da proximidade indesejada por eles próprios e pelos moradores da favela (Muniz & Mello, 2015).

Eu ia de moto e aí veio a viatura e parou na minha frente e já veio atrás de mim, apontando a arma e falando encosta aí, tá vindo da onde? Tá indo pra onde? Estou indo para casa agora e ele: “Ah tá” e olhou na minha cara [Rapaz do Falet]

A batalha de palavras entre interrogado (favelado) e interrogador (polícia), constitui-se por uma gincana discursiva, sabidamente cínica e arriscada, onde o sujeito perseguido liberta-se de sua situação de caça, matando as charadas sobre sua perseguição. Nela espera-se que os suspeitos de sempre – ou “freios de camburão” – reproduzam pantomimas indicando subserviência, formas de deferência que reiteram o lugar autoritário de autoridade e respostas ensaiadas do tipo *bypass* para o mesmo repertório batido, há muito repetido, de perguntas. Está indo para onde? Está vindo de onde? Está fazendo o que aqui? O que você tem aí na

mochila? Quem é o chefe do tráfico? Jogo de abordagens para marcar e fazer não esquecer quem tem o mando, quem está no controle da situação. Aprende-se a ter um cuidado com a palavra. Um tipo de cuidado voltado para se preservar protegendo, mesmo que a contragosto, os autores da ação de censura, ou melhor, da caçada à palavra autorizada (Bourdieu, 2008). Quem são? Os governantes dos silêncios de fala que exercem o recurso da coerção armada sobre a linguagem das palavras e dos corpos, um tipo de manobra tática para reafirmar seu domínio e que contam com olheiros vindos de dentro das comunidades populares. Poder de ordenação sobre o que pode ser dito pelo poder das armas que dobram as línguas e silenciam condutas. “Disseram aí que foram eles”. Eles quem? PM ou bandido? Frases com sujeitos ocultos e indeterminados buscam afastar o risco iminente de se ver confundido com um delator. Mas podem trazer para mais perto a acusação, sempre presente, de ser “envolvido” com o crime. Daí frases construídas sob censura, supostos “papos retos” que mais parecem acrobacias linguísticas, da “arte de falar e não dizer”.

P: ESSES QUE MORRERAM ERAM MORADORES?

R: Todos moradores. Foi no mesmo dia, mas não foi no mesmo momento.

P: QUAL FOI A EXPLICAÇÃO QUE ELAS DERAM?

R: Não tem explicação.

P: PORQUE ELAS MORRERAM?

R: Porque eles quiseram matar.

P: ELAS PODERIAM SER CHAMADOS DE “ENVOLVIDOS”?

R: Alguns poderiam ser chamados de “envolvidos”, agora não posso te afirmar. Tinha um que eu tenho certeza que não era, era moto-táxi. [Conversa com Rapaz do Falet]

O largo uso feito das reticências e das referências de duplo sentido tanto sinalizam que se tem algo escondido por detrás da fala, quanto indicam que o falante pode “ter algo a esconder”. O ato de fala, em si mesmo, é um ato sob vigilância. Neste cenário, em que se apresentam proximidades apriorísticas com pessoas, situações e lugares, e até bem pouco tempo a proximidade forçada da UPP, faz-se necessário negociar diante de intimidades impostas: saber demais da vida na favela é sinal de perigo, saber de menos, também. Em uma realidade vivida em estado presente de atenção, saber corresponderia a esconder, esconder corresponderia a dever satisfação a autoridade da vez: o policial, o miliciano ou o traficante. Quem esconde, envolvido é, e quem se vê envolvido está em fuga da verdade de quem exerce soberania territorial ou de quem impõe a lei e a ordem.

Na favela Big Brother, todos observam e são observados de cima, de baixo, de lado e ao redor. Todo mundo precisa, de alguma forma, vigiar quem vigia. Um mundo em estado de alerta, conformado por testemunhas oculares, em que se vivenciam relações nuas sob os holofotes das ferramentas de controle social. Com seus bastidores crus escancarados, sem lugar de descanso, mesmo com olhos fechados, os moradores de favela colocam-se a flor de sua pele. Principalmente diante das variadas formas sofridas de assédio para contar uma verdade, constituir uma prova, no limite, contra o seu próprio lugar social e seu próprio mundo. A desconfortável posição de testemunha tem este rendi-

mento como fonte ambulante e ambígua de informação a ser extorquida (Foucault, 2003; Kant de Lima & Mendes, 2005). Uma serventia que traz consigo a possibilidade, calculada como uma acusação iminente, de ser taxado como delator da palavra maldita que não devia ter sido falada, sob qualquer custo. Testemunha e X9 (alcaguete) são dois lados de um mesmo lugar de risco ali latente, aquele de se ver e ser reconhecido como *envolvido-com* alguém, com alguma situação, com alguma coisa.

Ser um jovem de favela, no Rio de Janeiro, é saber ver para não ser visto, conhecer bem para não ser reconhecido. Resistir para sobreviver, diante do medo, de sobrar frente ao medo de morrer. Isto significa conseguir atravessar as camadas de vigilância (Bauman, 2014) que se sobrepõem e geram um efeito cumulativo de controle. Não se tratam apenas dos controles verticais exercidos pela polícia ou pelo crime e que vivificam relações assimétricas de poder. Mas de outros deles, aqueles exercidos horizontalmente, entre os próprios moradores, visitantes, prestadores de serviço, etc. Uma assimilação da autovigilância para dentro, para consigo mesmo e entre pares. Engrenagens latitudinais e longitudinais expandem os apetites de controle que se contradizem e potencializam a constituição de espaços de convivência atravessados por suspeições mútuas.

“O morador fala por trás do bandidinho. Bandido mesmo não é falado”.

“O Envolvido é cria da comunidade. Ele se envolve, mas a gente não discrimina”.

“Envolvido? Tá do lado, tá no meio, tá perto, parou para falar e o X9 tirou uma foto, tá envolvido. Aqui é visto e lá fora é mais visto”.

“Aqui a gente sabe quem é envolvido ou não”. O X9 foi lá em casa, me filmou. Ele não é porra nenhuma”. [Rapazes e moças do Complexo do Alemão]

No mundo concreto, os deslocamentos dentro e fora da favela são marcados pela experimentação de uma ameaça ampliada com total cobertura em 4G. Sobressaltos, suor frio, coração acelerado pontuam o medo de acontecer preso em uma cerca ou impossibilitado de conseguir dela escapar. Sensações de claustrofobia e de agorafobia misturam-se numa realidade exposta a sobrevigilância internalizada entre iguais. Favelas em um regime político de ordem continuada de exceção (Agamben, 2015).

Tem-se a impressão de que os círculos de confiança entre os jovens de favela estão mais estreitos a ponto de poderem passar despercebidos pelas porosidades, atalhos abertos nas cercas também construídas por seu próprio mundo. Restritos aos microespaços das relações familiares e das poucas amizades construídas pela participação nos projetos sociais, ampliam sua relação com o mundo e seu próprio mundo pelas redes sociais. Eles são parte dos “nativos digitais” ou da “geração smartphone”.¹⁷ Conectados com o que acontece dentro e fora da comunidade, eles “têm o mundo na palma da mão” como ressaltam as propagandas das tecnologias móveis. Eles têm os olhares de seus perfis, vídeos, fotos, mensagens, gravações de voz a seu favor. Como testemunhas de seu próprio mundo tornam-se realidades reveladas de sua existência transfronteira. Eles também têm seus registros em nuvens contra si. Repertório de materialidades, indícios de suas trajetórias, que se fazem provas de suas itinerâncias, pertencimentos e

¹⁷ A Geração Smartphone, chamada de “Geração Z” ou “nativos digitais” é a definição de um perfil voltado ao mercado, de jovens nascidos a partir de 1995.

adesões, e que podem vir a serem trazidas como evidências de algum “envolvimento”.

Meu irmão que é trabalhador e honesto está passando na rua próximo a um bandido, caso meu irmão o cumprimente e nesse momento passar a polícia ou algum “X9” tirar foto e mandar para as autoridades policiais, meu irmão já será considerado bandido também”. [Rapaz do Complexo do Alemão]

A tríade de direitos que ambicionam circunscrever a privacidade no mundo virtual não se realiza no asfalto e muito menos nas favelas. Direitos de não ser violado, de não ser registrado e de não ser reconhecido ou ter seus registros pessoais publicados subordinam-se as exigências políticas por cada vez mais controle e às demandas morais cada vez mais discriminatórias por proteção. Falet e Alemão com seus *selfies*: Sorriam, vocês estão sendo vigiados!

3. CAMINHOS DE SUSPEIÇÃO E DESCAMINHOS DA SOCIABILIDADE: ROTAS, DESVIOS E FUGAS

Você tem medo do quê? Medo do filminho enquanto passava perto da boca ou de uma guarnição da PM. Medo da gravação de voz enquanto dava um cumprimento forçado ao pessoal do movimento ou respondia a uma indagação do policial. Medo da foto enquanto fumava um baseado ou zoava no caminho do baile funk. Muitos medos, vários receios para se ocupar em um tempo de conexões virtuais e de vigilância líquida (Baumman, 2014). Imagine se isto viralizar na internet ou cair no smartphone errado? E se for parar nas mãos armadas dos donos do morro, dos PM ou dos X9? Como manter-se conectado e não deixar rastros de si? Experimenta-se o receio do registro, da memória, do momento único eternizado como

“prova” contra um, alguns ou vários deles, os jovens de favela, no Rio de Janeiro. Afinal, fiscalizar o conteúdo das conversas no *WhatsApp* tem aparecido no relato de jovens da periferia como a mais nova modalidade de vigilância dos “meninos” do tráfico que invadem e dos “homens” da polícia que ocupam. Entre invasões e ocupações, reproduz-se o pedágio a ser pago: deixa eu ver, está falando o que e com quem aí? É parte do exercício de conviver na comunidade, viver com alguma dose de desconfiança em relação a quem é de fora, mas também com quem é de dentro. Isto corresponde a uma gestão cotidiana e diferenciada de riscos cuja principal chave interpretativa é o medo de ser identificado como *envolvido-com* o crime.

Envolvido: um modo de estar, ficar ou ser? Uma forma de (re)produzir cercas e pedágios sociais móveis. Funciona como um dispositivo itinerante de incriminação. Promete, no imediato de seu acionamento, oferecer conforto emocional e proteção moral àqueles situados como estabelecidos (Becker, 2008), ao definir uma linha de justificação causal entre o passado, o presente e o futuro dos sujeitos apreendidos em sua rede classificatória. Esta é uma categoria acusatória a serviço da produção de controles estendidos e de vigilâncias difusas, cuja virtude primeira é ir cada vez mais além em sua disposição classificatória: envolvido pode ser um efeito passageiro, um estado, uma etapa, uma condição, um destino. E pode muito mais, uma vez que busca avançar da intenção expressa e consciente até o desejo implícito e inconsciente dos indivíduos sob incriminação. Caminha-se do que seja uma reação natural do instinto até o que seja uma manifestação cultural da vontade, oferecendo matizes que se encaixem em cada situação em que a categoria é acionada. Por isso, se

ouve dizer que o “meio onde vivem” faz dos jovens pobres “bandidos natos” ou vulneráveis com um suscetível “pé na criminalidade”. Em defesa da sociedade, o que importa é apreender, isto é, aprender a saber aprisionar os indivíduos aqui e ali, em seus próprios movimentos, deslocando-os, fazendo-os circular por entre paradas ou confinamentos provisórios e sob os radares situacionais de controle social.

A categoria *envolvido-com* opera como uma válvula distribuidora de sentidos negociados cuja eficácia simbólica está em adequar-se a cada situação concreta vivida, de acordo com cada sujeito, conforme cada situação e segundo cada lugar. A sua elasticidade e flexibilidade permite tanto identificar traços específicos quanto reconhecer padrões comuns entre os indivíduos, suas interações, intenções e trajetórias. Revela uma engrenagem classificatória dinâmica que se mostra transversal a todos os segmentos sociais e que parece adequar-se a toda sorte de moralidades relativas à produção de controle e de justiça, desde aquelas que apoiam sua persecução em provas técnicas até aquelas que emprestam materialidade aos seus juízos morais. Trata-se de uma expressão, cujo rendimento classificatório é tão persuasivo que caiu no gosto do senso comum. *Envolvido-com* tem sido acionado, nos mais diversos ambientes e contextos sociais, para antecipar o julgamento das personagens dos mundos político e empresarial relacionadas aos escândalos de corrupção política e relatadas nas estratégias de comunicação social da Polícia Federal, da Justiça e da Corte Suprema.¹⁸ É, também, acionada para predizer e justificar o juízo final desejado para as personagens cotidia-

¹⁸ A aprovação da Lei 12.850/2013 que normatiza a “colaboração premiada”, mais conhecida como delação premiada, e seus modos de emprego, ajudaram na consolidação da ideia de envolvimentos que levariam à necessidade de maximizar os mecanismos de controle, correção e punição.

nas relatadas nos casos de criminalidade violenta noticiados nas mídias convencionais e nas redes sociais. É, ainda, mobilizada para antever o tipo de sanção esperada para as personagens de novelas, séries, etc. que quebraram com alguma expectativa social pretendida como socialmente hegemônica.

Note-se que é suficiente conjecturar sobre a possibilidade de alguma interação para que se possa constituir uma convicção sobre a existência de algum envolvimento, cujo sinal negativo aponta, quando por menos, para um risco passível de salvação e, quando por muito, para uma ameaça constituída a ser eliminada. Vai-se da imposição corretiva ao extermínio. Onde quer que se localize alguma intriga, picuinha, mal-entendido ou divergência, pode-se fazer aparecer quem está envolvido com quem ou com alguma coisa. Eis, aqui, explicitada de outra maneira, a rentabilidade da categoria *envolvido-com*. Ela traz um lastro de verdade percebida como mais verdadeira, substantiva, uma vez que esta categoria não se restringe a somente rotular indivíduos, mas incorpora sobretudo suas relações. A engrenagem do envolvimento tem como ambição criminalizar os vínculos sociais e, com eles, as expectativas da sociabilidade e os interesses nos modos de convivência social. É exatamente por isto que este dispositivo se faz tão preditivo, trazendo consigo a satisfação, por vezes vingativa e despeitada, de uma certeza acreditada, convicta. No extremo da sua capacidade operativa, revela-se uma armadilha: tem-se que todos nós estaremos ou seremos, em algum momento, envolvidos. Se viver em sociedade é interagir, e se interagir é envolver-se, então conviver em sociedade é estar envolvido. Sorria, você está sendo envolvido em uma narrativa que ambiciona acertar sempre porque funda-se num truís-

mo cuja engenhosidade está em colocar-se a serviço do controle e da vigilância.

É sabido, tal como elucidado por Macedo (2015), que a tradução normativa de uma agenda pública corresponde à construção de um consenso técnico-político que não só reduz a problemática ao que é conveniente ao *status quo* do mundo legal, como também retrata uma defasagem temporal em relação à produção acadêmica sobre a questão positivada em lei. Não foi diferente com as recentes mudanças na nossa legislação penal que, segundo a autora, apoiam-se na criminologia da “defesa social”, há muito já refutada pela reflexão crítica do direito penal e pelas perspectivas contemporâneas das ciências sociais. Uma destas mudanças foi a alteração do Art. 288 do Código Penal Brasileiro, proposta pela lei 12.850 de 2013. Substituiu-se o nome do delito de “quadri-lha ou bando” por “associação criminosa”. Tem-se a vigência da seguinte redação:

Associação Criminosa

Art. 288. Associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos

Parágrafo único. A pena aumenta-se até a metade se a associação é armada ou se houver a participação de criança ou adolescente. [Código Penal Brasileiro – CPB]

Observe-se que a nova tipificação criminal é mais abrangente, já que a noção de associação não se limita a caracterização de um grupo com um propósito comum. Diz respeito a toda forma de união, aproximação, colaboração, conexão, ligação, enfim, a todo tipo de relação. Por sua vez, esta relação é também mais inclusiva, podendo ser ocasional ou constante, episódica ou conti-

nuada. A sua dimensão restritiva estaria na intenção criminosa, sendo esta finalidade o aspecto que fundamenta a seletividade do olhar dos mecanismos de controle e vigilância. Em termos práticos, qualificar uma interação como criminosa depende do arbítrio de quem define, do seu poder de nomear diante do campo de ameaças, desconfianças e suspeições em que se encontra inscrito. A fronteira com o que possa ser reconhecido como uma arbitrariedade é tênue, e tende a deslocar-se conforme as barganhas do sentido de autoridade e das formas de seu exercício. Em termos instrumentais, o substituto pragmático do tipo penal “associação criminosa”, no presente das práticas policiais, é o “envolvimento” que varia quanto à sua natureza e grau para também ser abrangente. Pode-se, então, dizer que a construção social do envolvido é um empreendimento moral da lei equacionada, caso a caso, no asfalto e na favela, ponderado pelas distintas razões que nos atravessam: as razões etária, de cor, de gênero, de classe, de renda e as que mais servirem para desigualar os desiguais.

Cada vez mais onipresente nas representações sobre as causas e consequências das “violências” e da “criminalidade”, o constructo envolvimento explora as ambiguidades, o lusco-fusco das interações e dos marcadores sociais, produzindo simultaneamente, enquadramentos fugidios e estanques. Pode ser compreendido como um novo modo de rotulação que recicla as ideologias sobre as classes perigosas (Chalhoub, 1996) e a juventude pobre. Estar ou ser envolvido pode aparecer como um momento passageiro ou uma identidade substantiva, permitindo a proliferação de gradações que vivificam estereótipos e preconceitos conforme o sujeito e a situação. Põe em circula-

ção deslizamentos entre os estados provisório (“estar envolvido”), momentâneo (“ficar envolvido”) ou permanente (“ser envolvido”). Movimentos que transitam pelas noções de “vulnerável”, “suspeito” e “bandido”, e que são manejadas a cada novo e próximo encontro com a polícia.

Inventariar e reinventar posições na cena interativa é o modo pelo qual os jovens de favela, em contínuo estado de alerta, manobram os significados expressos nos acionamentos da categoria *envolvido-com* dentro e fora de seus locais de moradia. Essa tomada de posição pode ser sintetizada como uma economia política do envolvimento, um modo operativo transversal e manifesto nas situações vividas mais diversas, que circunscreve um conjunto de táticas de como se manter a salvo de acusações, seja pelo excesso de proximidade ou de distância das cercas que os envolvem. De que lado estão? De que lado não estar agora? Estes questionamentos desvelam uma averiguação rotineira de credenciais, uma lista exaustiva de auto-verificação. No trajeto casa-trabalho-casa, no uso do transporte alternativo, na procura por emprego, na volta da escola, no recôndito das interações afetivos-sexuais é preciso apresentar-se e representar-se como não envolvido. O que pode ajudar a aliviar a condição de morador de favela quando abordado pela PM? Portar uma Bíblia? Trajar uma camisa de projeto esportivo? Usar roupas e acessórios modestos que não destoem da condição de pobre honesto? Ter o corpo e a cor de pele “certos”? Tudo isto na esperança de ser capaz de manejar a constante suspeição que paira sob suas cabeças.

Saltam das línguas dos jovens entrevistados do Falet e do Alemão, em tons de revolta, humor, resignação e deboche, uma espé-

cie de manual de como se livrar da imagem de envolvido quando, sobretudo, diante da polícia, percebida por eles como a principal guardiã das entradas e saídas da estratificação social. Este tutorial é apresentado pelo que se deve evitar ou não se deve fazer ou portar. Um código de etiqueta a revelar as boas maneiras esperadas de quem já traz a desvantagem social da origem favelada e não branca.

Algumas recomendações para rapazes e moças, especialmente aos jovens pretos e mestiços. Vestimentas de funkeiro, *rapper* ou *Mc*, assim como cabelos com cortes ousados, *dread* ou descoloridos, soam provocativos. Da mesma forma, adereços com cores chamativas (tênis, esmaltes, batons, óculos espelhados), bijuterias e joias são lidos como afrontosos. Torna-se, ainda mais grave, se os objetos de uso pessoal (celulares, mochila, etc.) forem “de grife”, o que pode ser interpretado como um abuso, uma intenção ostentatória. Nesta mesma lógica, correntes e pulseiras de ouro, smartphones de marca de prestígio, vestimentas esportivas famosas, podem ser lidos como “produto de roubo” e, por derivação, como materialidades do envolvimento com o crime. A mesma preocupação, as moças e os rapazes de favela devem ter com os bens de consumo existentes em suas casas. A chamada “linha branca”¹⁹ dos eletrodomésticos, com aparência de nova, também pode ser um indício de “presente do tráfico”, assim como carnes de primeira, laticínios e cerveja mais cara na geladeira podem indicar algum “serviço prestado” ao crime. Moças muito arrumadas podem ser vistas como “mulher de bandido”. Rapazes com expressões corporais expansivas e linguagem carregada com gírias podem ser vistos como olheiros

¹⁹ A linha branca é composta por eletrodomésticos de maior porte, como geladeira, fogão, microondas, que têm como finalidade atender as necessidades básicas de uma residência.

do tráfico. Já a “pinta de maconheiro” deve ser um distintivo reservado para gente de fora, para as moças e rapazes da Zona Sul ou do asfalto. Por último, a cartilha informal dos bons modos recitada pelos jovens revela a necessidade de cuidados extras com objetos que são vistos pela polícia como “disfarces usados por marginais”. São eles: carteiras de trabalho e de estudante, uso de bíblia e camisetas de projeto. Ao levar ao pé da letra as dicas aqui ilustradas, pode-se rapidamente constatar que todos os ingredientes simbólicos que informam rupturas estéticas, valorativas e comportamentais e que, por excelência, configuram os lugares sociais das juventudes, são objeto de vigília e ortopedia moral sobre os jovens de favela. A exuberância, a extravagância e a deriva próprias da experimentação juvenil, seriam vistas como provocativas, ameaçadoras ao projeto civilizatório idealizado para as comunidades populares. Parece que lá, na favela, não se pode ser jovem, mas tão somente um trabalhador pobre e esforçado, sem idade e tempo para “ficar de bobeira”.

As formas encontradas pelos jovens para contornar os confinamentos que se apresentam em seus trajetos, não os munuiu de uma blindagem socioeconômica que os permitissem ignorar essas cercas e ultrapassá-las sem correr ou colocar em risco parentes e amigos. A autonomia para transpor as aporias do ser ou estar envolvido mostra-se relativa. E aí, faz o que então? A saída é “ficar dentro de casa?”, indaga um dos jovens entrevistados! O empreendimento tem sido o de forjar aberturas para a experimentação de formas de sociabilidade juvenil inscritas em um mundo cosmopolita e globalizado, por meio das quais as imagens convencionais associadas a ser um ou uma jovem de periferia sejam superadas.

Uma das estratégias fundamentais para os jovens de favela em fuga da pecha de *envolvido-com* é tentar abrir uma fenda nas malhas do controle policial. É a polícia que, a cada abordagem, a cada tomada de território, reforça sua posição de fiscal das regras do seu próprio jogo e do jogo de sustentação do *status quo*. É a polícia que, mais imediatamente, faz saber, faz lembrar que há pedágios a serem pagos para entrar, permanecer ou sair dos mundos sociais. Diga-me onde anda, com quem fala e o que faz, e te ditarei quem és! Esta alegoria sintetiza a percepção que os jovens do Falet e do Alemão têm do tipo de controle que a polícia exerce sobre eles. O poder (delegado) de polícia é vivido ali, na expectativa de sua presença, na sua chegada e na forma concreta de sua ação, como o poder (autonomizado) do policial que, mais uma vez e de novo, barra para averiguação, os mesmos jovens de sempre.

Falar da polícia é falar, com muita mágoa e algum humor cáustico, dos constantes levantes de muros e de como ultrapassá-los, abrindo pequenas brechas, com menor dano possível. Os PM, ou simplesmente “eles”, aparecem na linguagem figurada dos jovens como a cerca das cercas que, “surgem do nada”, de uma hora para outra, em todo e em qualquer lugar, para fazer o trabalho deles: atemorizar a favela, tratando todo mundo como bandido, sem distinção.

“Os PM já têm o conceito de que os moradores das comunidades do complexo são bandidos e “mulher é piranha”. Este estigma não se limita as UPPs. Todos os policiais do Rio de Janeiro enxergam os moradores de comunidade como bandidos”[Rapaz do Complexo do Alemão].

Em alguns momentos, um tom acalorado

de denúncia contra os maus usos e abusos da autoridade policial tomou conta da conversa com os jovens entrevistados. Momentos-catarses que funcionavam como testemunhos-verdade, e serviam como contraponto às tentativas de fuga do contato com a polícia. E esta, na sua “doutrina tático-operacional” e na realidade sensível de suas práticas, corresponde a muitas polícias em uma só PM. Para os jovens tem-se, na favela, a oferta de um cardápio exclusivo de meios desmedidos de força que não se interessariam por fazer policiamento ostensivo, mas apenas por na ordem do dia uma “repressão amadora e mau intencionada”. Tem-se a PM da operação policial, a PM do choque, a PM do caveirão, a PM da ronda, a PM do forjado, a PM da UPP. Esta última, agora também reconhecida como a “PM da decepção”, porque nela se creditava a esperança na mudança para melhor de um padrão de atuação policial nas favelas.

Ainda que jovens entrevistados reconheçam níveis diferenciados de violências física e simbólica nas formas de atuação das várias PM direcionadas para as favelas, eles identificam um ponto em comum entre elas que seria a discriminação socioespacial e o preconceito racial. Uma caracterização das PM que se aproxima da imagem criada por Caetano Veloso na música Haiti.²⁰ Quase pretos e quase brancos, dando porrada em quase brancos e quase pretos que, de tão pobres, são vistos e tratados todos como pretos.

“Sofremos preconceito por sermos de comunidade. As formas de se expressar sejam na forma de se vestir falar também influenciam na discriminação”. [Moça do Falet]

²⁰ “Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos/Dando porrada na nuca de malandros pretos/De ladrões mulatos e outros quase brancos/Tratados como pretos/Só pra mostrar aos outros quase pretos/(E são quase todos pretos)/Como é que pretos, pobres e mulatos/E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados”

A sociologia da polícia construída pelos jovens moradores da favela lança mão de noções saídas das teorias sociais do desvio, do crime e da violência. Ao tratarem do *modus operandi* das PM, por exemplo, eles acionam uma lista recorrente de expressões como estigma, rotulação, etiqueta, estereótipo, discriminação. Uma operação de apropriação simbólica tanto das representações que se fazem presentes nos discursos que ambicionam hegemonia de sentido, quanto das categorias que se pretendem analíticas na narrativa crítica das ciências sociais. Revela-se uma política de sentido que se beneficia da reflexividade para transformar o que se inaugura como uma retórica de acusação em uma tática discursiva de defesa. Um expediente de tomada de assalto por dentro da linguagem, como agradaria a Foucault (1998), revelando resistência onde há poder. Uma estratégia de manipulação da identidade deteriorada, como compreenderia Goffman (1998), demonstrando a existência do poder dos fracos.

Por fim, a incorporação e uso de alegorias que apontam para práticas discriminatórias, excludentes e desiguais correspondem a um aprendizado realizado pelos jovens quando de suas inserções no mundo dos projetos sociais. Este léxico está nas linguagens autorizadas, falada e escrita, dos operadores sociais. É parte da textualidade das políticas sociais e da contextualização de seus conteúdos voltados para a favela. Tratam-se, antes, de palavras-ação que emprestam visibilidade a causas, registram um processo de luta e de construção de legitimidade para o seu ingresso na agenda pública. Constituem assim, uma forma de socialização política no manejo das rotulações.

As experiências com a rotulação de *envolvido-com* emergem em um interjogo de-

licado que estabelece alianças de ocasião entre jovens e os conduz a ter que elaborar uma espécie de cartografia dos lados para poderem transitar pelas cancelas da PM e dos traficantes. Esta se traduz em diversas manobras realizadas pelos territórios físicos e simbólicos na busca pela medida da adequada distância para dentro. Entre os moradores da favela, revela-se o cálculo estratégico sobre os modos de fazer ver ao outro a sua inscrição. Estes procedimentos de regulação e remanejamento operados pelos jovens exigem sagacidade para negociar brechas, diante da percepção de uma acusação latente de colaboração com um inimigo da vez, polícia, milícia ou a facção: olhou? Cumprimentou? Xnovou!²¹

Porém, qualquer que seja o lado, o da PM ou o do tráfico, o *envolvido-com* parece também ser “o cara que não colabora”, que nada ou pouco tem a informar, e que manobra bem com os indícios, o que faz dele um “abusado” por escapulir das cercas. Do lado de lá da ordem pública da PM das operações policiais, quem passa perto do crime do lado dele está. Do lado de cá das ordens do “tráfico”, quem passa muito longe do movimento, com algum dos seus inimigos está. Sob este recorte, o controle armado da PM e do tráfico, por meios distintos, partilha de uma mesma lógica que é a de produzir envolvimento que promovam alianças, mesmo que forçadas, as quais possam contribuir para a estabilização de seu poder no território-favela.

A cartografia dos lados para onde olhar (ou não) e se mover (ou não) implica em trafegar, em várias direções, da maior ou menor proximidade. Envolve tensões entre estes polos e dilemas nas escolhas do tipo de distanciamento possível a ser representado diante

²¹ Construção verbal da expressão X9, e cujo sentido é denunciar.

de um contexto de ameaças latentes e da possibilidade de violência como horizonte. Isto é mais perceptível quando os jovens entrevistados aludem as redes de convivência na favela e, por sua vez, ao acionamento dos princípios de amizade que, em certas circunstâncias, são devotados aos chamados “bandidos”. A amizade assume particular importância na construção social do envolvimento de jovens nas localidades onde ocorrem o crime-negócio (Zaluar, 1996).

O sentido da amizade como indicativo de proximidade é realçado e possibilita a coreografia de práticas performáticas que são realizadas *in acto* e encenam lealdades possíveis em uma arena de vigilâncias horizontalizadas: saudações longas, toques em partes do corpo, olhares confirmadores, sorrisos abertos, acenos manuais. Tais indícios estampados no corpo se prestam ao reconhecimento público da existência de uma ligação privada. Nasceram no mesmo lugar, se conhecem desde crianças, estudaram juntos, são alegações oferecidas para justificar as expressões obrigatórias das deferências e que apontam para a ambiguidade das engrenagens do envolvimento e sua produção de aparente continuidade de vínculos precariamente constituídos. A franquia ocupacional exercida pelo poder armado possibilita a ressignificação da identidade de “bandido” forçando o acionamento de uma conexão horizontal situada antes do ingresso na vida do crime. A horizontalidade, assim forjada, releva a interdependência desigual que se dilui na obrigação de reconhecer e de retribuir a gentileza de uma congratulação.

Estava no baile e vi um amigo de infância que estava com a bazuca. Ele veio me cumprimentar. Eu não vou parar de falar com as pessoas por estarem na bandidagem.

Se alguém da bandidagem falar comigo e eu não responder, vão achar que eu estou em acordo com a polícia ou com outra facção. [Rapaz do Complexo do Alemão]

Pela figuração da amizade abre-se uma cadeia de trocas, um cortejo de amabilidades, que convive com a contínua cobrança de pedágios e demandas por filiações e adensamentos. A adesão às regras de lealdade não é “cega”, mas uma manobra da eterna suspeição que mobiliza distintos graus de envolvimento. Daí a necessidade de um modo de gestão de si para que os de fora saibam de que lado os que são de dentro estão ou precisam ficar. “Nem precisa estar do lado” para que sejam alvos de veredictos acusatórios amplificados pelos mecanismos de controle a céu aberto, sempre atentos aos “fechamentos” com os inimigos, seja a polícia ou os do bando rival. A simples insinuação de traição, a identificação de uma “mudança de lado”, calibra a tensão máxima para a destruição segundo os códigos ditados pelos aliados. “Ah, eles têm as leis deles”. É uma sentença conformada que está na boca de muitos moradores das favelas sobre o tribunal do tráfico (Feltran, 2016; Vital, 2015; Nunes Dias, 2013). Ser amigo dos amigos da “facção” é deixar à mostra, sempre que necessário e prudente, as lealdades primárias, dar provas constantes desta proibição a quem está próximo, ampliando seu capital de proteção para dentro mesmo que provisório, face aos desafios que enfrentam: medo de morrer, medo de sobrar!²²

Vê-se que a categoria *envolvido-com* traz consigo uma engenhosidade cuja eficácia distingue-se da categoria classe perigosa.

²² Outros mecanismos operam por invisibilidade. Removem a censura de um estilo de masculinidade, muito difundido, que valoriza exibições de coragem e destemor entre os homens mais jovens. Ostentam-se emblemas como “o disposição”, “o brabo” ou “o frente”. Para uma discussão sobre estilos de masculinidade, ver: Cecchetto (2004).

Sua modernidade está na sua expressão funcional como uma manifestação gerencial de um individualismo de mercado. Através dela se pode conseguir o que nem Cesare Lombroso imaginava ir tão longe em sua ambição de classificar o tipo criminoso: por no banco dos réus as relações sociais, a própria interação social. Por meio da noção *envolvido-com* ambiciona-se criminalizar os indivíduos, suas vinculações, suas redes, sua transitividade entre realidades sociais.

Se, por um lado, *envolvido-com* aparece como novidade na narrativa contemporânea de controle do crime, por outro, não há nada de novo na associação histórica dos discursos criminológicos entre juventudes pobres e crime. No caso brasileiro, em particular no Rio de Janeiro, tem-se uma associação perversa, quase instantânea, entre jovem de favela e o chamado “crime organizado”. Por conta de um olhar político que conjuga evolução com salvação, identifica-se uma gênese comum, embrionária: um e outro tem a mesma origem, seja na sua “natureza humana”, seja do lugar de onde se é natural. Ontologias a serviço do controle. Insinua-se a instrumentalidade de uma moralidade específica que busca dar conta da trajetória desviante e estabelecer suas causas e efeitos. O que serve para justificar distintas formas de intervenção corretiva, seja pela inclusão tutelada de alguns, seja pela exclusão deliberada de outros matáveis, seja pela indiferença diante dos muitos que não “fizeram por merecer” o projeto social salvador ou a morte redentora.

Examinando as representações que hoje se oferecem a questão do envolvimento dos jovens com o crime, confronta-se com outro processo de rotulação que orienta e justifica a estruturação de políticas e projetos sociais cujo foco são indivíduos nos quais

se “cola” o adjetivo “vulneráveis” a ingressarem em uma vida criminosa. O termo em si (como “envolvido”) também contém um juízo e carrega a proposição de que existe um grau maior de exposição a riscos e perigos que atinge determinadas pessoas e grupos frente a outros. Entretanto, evoca a mesma conotação negativa, ainda que menos orientada para uma perspectiva individualizante, aliviando, em certa medida sua carga moral. Neste sentido, o candidato ideal dos projetos sociais - orientados para agir como recurso profilático à criminalidade (ainda que de modo não explícito) - não deve “ser envolvido” com ações criminalizáveis. Mas, ao mesmo tempo, é significativamente desejável que ele seja classificado como “em situação de vulnerabilidade” ao envolvimento para justificar as iniciativas construídas para que não sejam “atraídos” para o crime. É como se o atributo *envolvido-com* falasse mais de uma questão individual e a vulnerabilidade reconhecesse o caráter estrutural do desvio ou do comportamento desviante. Não à toa, os projetos sociais, acionam a gramática da escassez de oportunidades de trabalho e renda para a juventude pobre. Não à toa os elegíveis para os projetos sociais vão precisar mostrar merecimento convertendo-se em uma vítima empreendedora de seu resgate social.

4. ENTRE O MERECEMENTO E O ENVOLVIMENTO: VÍTIMAS, SUAS PRODUÇÕES E SEUS EMPREENDIMENTOS

Como mais uma estratégia para fugir dos confinamentos advindos das acusações que produzem e reproduzem fronteiras, parcelas das juventudes de favelas optam por fazer parte de um “projeto social”. A categoria “Jovem de Projeto”, desde o início dos anos de 1990, ingressou nas narrativas de prevenção da violência e da crime no Brasil (Monteiro,

2011; Reis, 2011). O reconhecimento de uma “dívida social” com a juventude pobre apontava para uma mudança valorativa que se fez acompanhar da ampliação da gramática do controle sobre aqueles sujeitos identificados como expostos a riscos sociais. Antes os jovens da periferia social figuravam, na agenda pública, apenas como um criminoso potencial ou uma fonte de ameaças a requerer terapias coercitivas. Porém, no tempo do discurso do “resgate social” observou-se a reinscrição destes jovens como indivíduos ameaçados, socialmente “vulneráveis”, que teriam a chance de terapias inclusivas mediante sua disposição para “mudar de vida”. Sob a égide da narrativa da inclusão para reduzir as desigualdades sociais, as políticas para a juventude deveriam exceder o acesso universal à educação formal pela oferta de um cardápio de práticas reeducadoras que se estendem do esporte à cultura, passando pela orientação ao mercado de trabalho. Nas periferias, subúrbios e favelas, tornou-se lugar comum entre as juventudes, ativistas, políticos e mídias locais, acionar a expressão “jovem de projeto” como um referencial de adesão a um novo universo: o do asfalto em sua missão civilizatória.

Diversificados e diferenciados em estilos, objetivos e características, os projetos sociais tornam-se refúgio físico e simbólico para tentar escapar das acusações de dentro e de fora das favelas de ser, estar ou ficar envolvido com o crime. Ambicionava-se criar meios de inclusão afirmativa para destravar as portas da estratificação social. Tratava-se não apenas de trazer “melhorias para a comunidade”, mas de buscar “melhorar” o favelado, qualificando-o como um gerente de si mesmo. Intentava-se possibilitar a mobilidade ascendente para alguns mais esforçados, os exemplos de sucesso, e

garantir uma estagnação consolidada para aqueles muitos conscientizados de que não conseguiriam subir na vida, os conformados. Aqueles sujeitos pobres que nem se situam como estabelecidos (Elias & Scotson, 2000), nem são reconhecidos como *outsiders* (Becker, 2008). A expectativa civilizatória era conter a máquina e desmobilizar a revolta (Zaluar, 1985) latente das comunidades populares. Inauguram-se outros modos de controle, indiretos, em atenção aos fins de uma política vista como empoderadora e participativa. Agora, a juventude teria voz e vez. Agora, jovens de favela passariam a empresariar o percurso de um destino para eles concedido, já anunciado: ser um “jovem de projeto”, o único responsável por seu sucesso esforçado ou seu fracasso por mérito

O projeto foi sendo apresentado como a grande oportunidade aberta para os mais necessitados, aquela que pode produzir “esperança de um futuro melhor”. Um horizonte no qual se ofertam tutelas pedagógicas para o comportamento desejável e certificações das boas condutas aprendidas. Num mundo preenchido pela retórica da ausência, o projeto social é visto como um dos poucos atrativos na política de escassez fabricada para a favela. A frase que sintetiza essa percepção da missão dos projetos é a que alude ao fato de que os projetos estariam “suprindo uma demanda do Estado” como afirmou, uma operadora de segurança de Campos:

O projeto era uma forma de tirar... era a fuga, porque na comunidade só tem “boca de fumo” ou igreja - não tem outra coisa. Então eu vejo os projetos sociais como uma fuga, uma socialização, um entretenimento, porque não tem uma aula de violão. Eu acho que programa social, qualquer um já ajuda até porque

na ausência do Estado alguém tem que fazer alguma coisa. O que você está falando eu concordo porque além do dinheiro tem a alimentação

Ora em oposição, ora em aliança com as denominações religiosas (Vital, 2015), pretendia “disputar cada menino e cada menina com o tráfico de drogas”: êxito esperado na formação de cidadãos adequados, modestos ou ambiciosos. Seu chamariz era constituir-se como *locus* do lazer, de “preparação para a vida” e, em especial, de poder conhecer e fazer novos amigos livres das armadilhas da suspeição. Ali se prometia vivenciar espaços de aprendizado mais horizontalizado, com maior flexibilidade em conteúdos, aspectos didáticos e capacidade de modelação às demandas de seus públicos e clientelas (Gohn, 2010).

Para além da busca pelo lúdico, do jogar pelo jogar, os projetos também são percebidos pelos jovens de favela entrevistados, como espaços onde se produz e se reproduz capital social (Bourdieu, 2014; Araujo 2003). O lugar onde se tem acesso a meios e se aprende modos de tentar escapar das cercas erguidas a cada suspeita de envolvimento com o crime. É ali, no mundo vivido do projeto, que se lapida a manha, compartilha-se alguns macetes e obtém-se senhas, mesmo que provisórias, que viabilizem desbloqueios e travessias sociais. É ali, no mundo prometido pelo projeto, que se desenvolve a capacidade performática para encontrar poros e ultrapassar fronteiras simbólicas e materiais. Nina uma gestora de ONG que se classifica como uma empreendedora social, percebe esta qualidade intrínseca de sua atividade de *resgate social*:

Aqui [ONG] tem uma coisa legal. A gente tem criança que cresceu aqui dentro, que

cresceu e *deu rumo na vida*. Porque o M [um adolescente], ele tá desde novinho aqui. Ele não sabia ler, depois que ele veio pra cá o resultado dele na escola surpreendeu. Hoje ele tá fazendo programação que é um desafio para o professor, mas ele está conseguindo. Ele superou até as notas dele na escola. Ele sofreu bullying... Um professor tacou um apagador nele, porque o professor fez uma pergunta que ele não sabia responder. Isso foi horrível, mas o que a gente faz aqui? Uma coisa que eu acho importante nos projetos sociais são as rodas de diálogos que a gente tem com nossos jovens pra ele falar dele, pra ele falar dos sentimentos dele.

Imaginar e construir rotas de fuga para além da condição socioeconômica e da origem favelada, aprender a manejar válvulas de escape de desvantagens sociais, produzir ou encontrar porosidades nas distintas barreiras que se apresentam em seus percursos sociais, têm requerido dos jovens de favela que se reinventem como patrocinadores de si mesmos.

Sabe-se que projeto social não é propriamente um projeto de sociedade ainda que por este se oriente. No primeiro há vagas concretas para alguns, no segundo há uma visão de mundo inclusiva para todos. Tão logo ingressam no mundo do projeto, os jovens percebem que para permanecer é preciso demonstrar “interesse e muita força de vontade”. É preciso renovar votos de adesão a uma narrativa de superação que tem como mote o autoinvestimento que se sobrevaloriza na proporção das vicissitudes anunciadas. É preciso adquirir um projeto de vida por meio do qual ofertam-se testemunhos de que se está “agarrando a oportunidade” salvadora recebida e “fazendo a sua parte” exatamente porque

se “passa necessidade”. Jovens de projeto vão se construindo como empreendedores, tendo o projeto como meio, mas cercados pela escassez, pela precariedade, nas mais variadas instituições ordenadoras da vida social: educação, saúde, segurança, trabalho. Constituem-se como vítimas empreendedoras compromissadas em transformar a sua carência social fundante em abundância individual de oportunidades de progresso. Tem-se a obrigação de “dar certo”, mas de um certo jeito.

Espera-se de jovens elegíveis como vulneráveis que financiem seu próprio resgate social. Isto implica em converter, em sua própria conta, o pouco recebido em muito mais a ser faturado. O risco social reconhecido converte-se em risco individual contratado. Os jovens de projeto descobrem que necessitam se tornar gerentes de si, apostadores de sua própria sobrevivência. E, desta forma, são compelidos a aderir e legitimar o discurso atuarial que atravessa os dispositivos de controle social. O que passa a estar em jogo é fazer um cálculo de si mesmo. Como um precoce e intuitivo financista, o jovem de projeto aprende a realizar análises de riscos e de expectativas sobre o seu próprio rendimento socioidentitário para decidir, ele mesmo, se merece receber o seu autoinvestimento. O quanto se vale? Quanto vale a pena seguir no projeto social? Sorria, o seu melhor negócio é investir em você mesmo! Afinal, apresentar-se como jovem de projeto pode ajudar a escapar do determinismo fatalista do envolvido, por se associar a um novo modo de ser, a se construir por cima de outros modos e com outras roupagens. Os fins não são determinados, mas onde é possível abrir brechas e superar confinamentos.

Por um lado, os projetos podem produzir alguma segurança ao afirmar uma ordem ao

caos das vidas em favela, apontando possibilidades. Por outro, tal rota também não oferece garantia absoluta, moratória ou livre trânsito. Não é um passaporte vermelho que livra os jovens entrevistados da reapresentação sucessiva de referências pessoais para compensar os referenciais sociais estigmatizados. Passar em revista na vigilância do shopping, na checagem da busca por emprego e com constrangimento nas abordagens policiais. Fragmentos de relatos sobre o *check-in list* policial:

Seríamos abordados do mesmo jeito. Os policiais acham que todos os alunos que fazem esporte nesse projeto (SUDERJ) são envolvidos com o tráfico. [Rapaz do Complexo do Alemão]

Nem bíblia, nem projeto social, nem escola salvam, integralmente, jovens de favela das capturas dos mecanismos de controle, especialmente cercos policiais. Sair de armadilhas da discriminação socioespacial depende de muitas outras marcas que eles precisam manobrar em jogos de aparência. Faz-se uso da performance gestual e falada mais adequada ao interrogatório do momento, com o agente de controle da ocasião. Há um testemunho fundamental a ser dado a cada passagem de fronteira, mesmo de paletó e bíblia ou de camisa de projeto e bola na mão: mostrar de todas as maneiras que se faz por merecer a oportunidade dada por Deus ou pelo Estado, agradecendo à sociedade a sua tutela pedagógica e a renovação de seu certificado de jovem bem encaminhado realizada pela guarnição policial a cada outra parada, a cada nova “batida”. É preciso demonstrar que ao comer o primeiro peixe aprendeu-se a pescar. Aprendeu a empreender, operando a conversão de uma vítima dependente para uma vítima empreendedora. Enfim, uma vítima de resultados. Uma vítima de alto impacto.

Tal empreendedor é tratado nos meios jornalísticos e no senso comum como alguém que se salvou ou foi salvo por projetos sociais. Em geral, projetos esportivos e culturais que eduquem para obedecer às regras, isto é, para aprender a disputar o acesso aos direitos sociais e civis, a competir no mercado e a se comportar socialmente para vencer na vida. Num deserto de instituições básicas, jovens pobres são chamados e se chamam a construir a si mesmos como vítimas empreendedoras de sua reabilitação social. Por meio de seus itinerários sociais, negociam a captura e a propaganda da essência do discurso de redenção pelo próprio sacrifício. Uma performance discursiva análoga à do *self made man* que anima as biografias de grandes homens de negócio. Tudo isto com uma indelicada ressalva. A vítima empreendedora se produz a partir dos significados da escassez que se reconstrói. Não apenas a partir do ingresso no mercado (motoristas de Uber, microempreendedores individuais e terceirizados em geral), mas diante da precariedade do próprio trabalho obtido e da insuficiência de ofertas de segurança pública, de educação e de saúde que se têm acesso.

Empreender pode significar a um motorista do Uber acionar um tipo de racionalização cotidiana que considera a vedação à possibilidade de adoecer. Este gerente de si se transforma em um condutor de uma rede transnacional de trabalho precarizado, posta em funcionamento por um aplicativo que territorializa os percursos e desterritorializa a relação entre prestador de serviço e empresa. Já para o jovem de projeto, empreender implica em mover-se entre as precariedades das condições de vida, vivenciando formas diferenciadas de desterro e de insulamento. Corresponde a navegar nas

paralelas ou fora do alcance das incursões do “caveirão”²³. No cálculo efetuado nas idas e vindas do mundo da favela, trata-se menos de buscar a situação de passageiro de uma nova condição social, e mais de conseguir permanecer em uma rota social sem destino traçado, repleta de obstáculos, pedágios e pistas falsas. Ser jovem de projeto é também estar sozinho em uma corrida sem suportes, mas com barreiras e oficiais de fronteiras.

Observa-se o realce político dado aos discursos que valorizam mais o comportamento individual em sua gramática de superação e de autodeterminação e menos o impacto das estruturas sociais na trajetória dos indivíduos. Neste tipo de narrativa contábil e individualista, acredita-se que as condicionantes sociais seriam por natureza negativas, funcionando como amarras às ambições individuais ou inibidores do sonho neoliberal pensado como comum entre pobres e ricos. Se a categorização de vulnerável social traria o reconhecimento da sociedade de que é preciso contribuir “dando um empurrãozinho”, a identificação como vítima empreendedora apontaria para a responsabilização individual, a obrigação moral de fazer acontecer. Busca-se dar vida e construir provas constantes ao “você pode” e ao “você consegue”, desde que com muito esforço, a fim de seguir dando sentido ao quadro de precariedade e escassez em que se vive, ou talvez se deseje, nas favelas. Essa tônica individualizante é explícita no discurso que segue:

Esse trabalho que eu já fiz, faço é uma coisa muito fechada, minha, do trabalho, do respeito que esse jovem criou comi-

²³ Um carro blindado que conduz vários indivíduos, utilizado pela PM para incursões sobretudo nas favelas. Faz parte da família de blindados, terrestres e aéreos, em uso sob a justificativa da proliferação de armas de longo alcance por grupos criminosos. Seu nome origina-se do emblema do BOPE – Batalhão de Operações Especiais – que traz uma faca cravada numa caveira.

go. Não é um projeto social, é um projeto meu de vida, de ver aquele jovem e poder dar o direito dele ser o que ele quiser ser. E graças a Deus são jovens que a gente está conseguindo mostrar o outro lado. Eu nunca sofri nenhuma represália do tráfico por tirar algum jovem do tráfico. Porque hoje principalmente quantos jovens eu recebo aqui que não quer mais estar ali, que quer entrar no mercado de trabalho. A vida do tráfico já não é mais como era antigamente. Jovem que já foi de tráfico aqui sempre acolhi, acolho, se ele vem pra cá com boa intenção, nunca vieram com más intenções (gestora do Complexo do Alemão).

Pode-se dizer que o jovem vulnerável se coloca em uma situação ainda embrionária de envolvimento com o crime e que, por isto mesmo, apresenta-se como um estágio anterior da vítima empreendedora. Situa-se, por um lado, como uma pessoa carente como todos de sua origem socioeconômica. É inscrito, por outro lado, como um ser humano “diferenciado”, como poucos, com o qual se reconhece uma dívida social porque nele identifica-se um investimento com expectativa de retorno. Digno de um voto de confiança, o jovem de projeto é percebido como aquele que conseguiu demonstrar que faz jus a uma “oportunidade” na vida para mostrar o seu potencial. Assim, de quando em vez, merece um crédito já que estaria disposto a competir com outros de mesma condição pelas “chances de salvação”. Estas oportunidades, por sua vez, precisam ser mobilizadas para dar voz e vez às pressões externas que são internalizadas, assim como as regras mais básicas do comer, do vestir e do falar. É nesta ordem discursiva que emerge a corrente expressão, “alguém tem que fazer alguma coisa por

esses meninos” ou ainda “a mãe é ausente, o pai é drogado, se ele ficar na rua fará carreira no tráfico, um irmão já se foi”. A fala de Nina, autoproclamada operadora do resgate social, serve como uma ilustração da força moral corretiva e da expectativa de ascendência moral depositadas nos projetos sociais e seus condutores.

Hoje a oferta é matar ou morrer. O tráfico tá assim. Eu estou com uma mãe aqui que queria que eu fizesse com o filho o que ninguém consegue. *Ele ama ser traficante*, ele só tem 15 anos. Ele foi aluno do XXXX, mas ele foi expulso de três escolas que ele estudou, não conseguiu concluir o estudo e ele disse pra mãe dele que ele ama ser traficante. Ele sai pra roubar. Agora parou né, mas ele trafica, ele usa drogas, ele trabalha na boca. O pai tem condição financeira, o pai queria montar um bar pra ele e ele não quer. E ela acha que se eu conversar com ele, ele vai me atender. Então quem trabalha com base comunitária tem uma ligação muito forte com a comunidade. Você fica marcado como *você é a solução*. (gestora de ONG do Complexo do Alemão)

Para dentro do mundo dos jovens de projeto, as pressões se dão para resistir às tentações do consumo que podem ser realizadas ao obter uma posição no crime-negócio. Porém, com uma arriscada contrapartida: se ver *envolvido-com*, seja pelo carimbo dado pelo tráfico, seja pelo registro feito pela polícia. Mas, ao mesmo tempo, ser jovem é poder ir ao “baile de favela”, perambular por aí com seus ornamentos: tênis, bonés, smartphones, shorts, chapinhas, esmaltes, bijus, correntes, *headsets*. Tudo de marca, por óbvio. E, ainda, um pouco mais para poder zoar e estar “suave”: o baseado, a vodca, a *skol beat* que animam viagens e festas.

É preciso um cálculo permanente, em sintonia fina com cada circunstância vivida, que viabilize o autocontrole para não trocar a camisa do projeto que lhe diferencia e distingue no interior da favela. Há que aprender a ter uma autogestão que não deixe escapar a bola do projeto das mãos pelas marcas do consumo vedado ao 'jovem de projeto'. É estratégico se autovigiar para se autopunir diante do perigo do consumo ostentação. E isto para não ser mais uma vítima em desconstrução, aquela que volta casas no tabuleiro do banco imobiliário que, como em quase todo investimento bancário, poderá ter um baixo retorno ou, até mesmo, outras perdas.

O manejo dessa economia dos auto-investimentos é parte vital da racionalidade do jovem de favela para tentar, primeiro, sobreviver e, depois, ascender. Quem sabe? Acionar o autocontrole, a autovigilância ou o autopolicamento é uma exigência para diminuir as chances de ter uma "vida matável". Lá onde tem-se muitas mãos nervosas e acesso fácil aos objetos que cortam, ferem e matam, quem se controla, se vigia e se policia o faz em relação às expectativas projetadas por outros agentes de controle, vigilância e policiamento. Opera-se de maneira relacional e por posição, acionando mecanismos e ferramentas que, uma vez internalizados, se armam seletivamente conforme a situação vivida.

É evidente que a vítima empreendedora é parte de uma construção biográfica que traz consigo uma narrativa translocal sobre a produção do controle e que conta com um forte apelo moral. Sua engenhosidade está em simular o registro de um sujeito autônomo, isolado em uma disciplina asceta, desobrigado do outro, enfim, avulso e liberado dos vínculos que lhe conferem existência

social. No entanto, tal é essa armadilha que se acredita ver uma conduta isolada, genuína, renovadora, quando se pode constatar aí uma característica dos tempos neoliberais. Acionar a imaginação sociológica revelaria o *link* entre os efeitos sentidos na vida pessoal com as condições estruturais.

Se produzir como vítima e empreendedor requer estratégias que possibilitem manejar com uma identidade em transição continuada. Sem saber para onde irão, ou qual degrau alcançarão ou recuarão na mobilidade social, os jovens de projeto precisam sinalizar uma predisposição básica em mascarar as marcas mais latentes de sua origem já classificada como envolvida e que ainda é atravessada pelos riscos diversos de envolvimento em suas interações.

Como janelas cuja abertura é variada e manipulada por diversos agentes, os projetos sociais propõem novas alternativas, produzem trocas que podem reorientar condutas sem retirar a etiqueta e o selo de origem. Essas janelas promovem circuitos de mobilidade, projetam um respiro de esperança e produzem algum futuro. Ainda que não se configurem como espaço de moratória para ameaças latentes de execução extrajudicial, os projetos possibilitam aos seus jovens a fuga da pecha de "vida matável". Para tanto, aprende-se, entre uma prática esportiva e outra cultural, entre uma aula no cursinho e uma confraternização, um código informal de conduta que coloca à disposição modos de pensar e agir e, portanto, modas do vestir e do falar. Um gestor, com mestrado na área das ciências humanas, ele mesmo um jovem de projeto da Maré, reforçou essas potencialidades das intervenções nos valores e representação locais que marcam as trajetórias dos favelados.

Eu acho que o esporte tira sim a pessoa da rua, tira sim, e faz com que ela tenha outra visão de mundo porque o mundo que a gente vê nas Olimpíadas (...) medalhas, você tira por aí os maiores medalhistas do Brasil são quem? Pessoal do Programa, não é que o governo incentivou ninguém, claro que não. Então, assim, eu vejo, porque eu sou cria de projeto social, e acho que dá super certo sim.

O projeto social passa a ser, então, o lugar de práticas que possam (des)envolver os envolvidos para dentro e para fora da favela. Para dentro, o projeto social faz a distinção entre os jovens, cria salvos condutos, mesmo que provisórios, já que servem como moedas de negociação junto aos senhores das fronteiras – o traficante, o miliciano, o policial. E, por tudo isso, reforça o capital político das lideranças locais que ganham o status de políticos do social. Para fora, o projeto social oferece um licenciamento maior para ir e vir, sobretudo porque sinaliza a adesão ao projeto civilizador do asfalto. Corresponde a um dos recursos considerados mais valiosos pelos jovens entrevistados já que aumenta a sua mobilidade pela cidade e no acesso aos bens urbanos.

Eu acho legal o menino vir pra cá pequenininho, ele percebe que tem outras redes, que tem outras coisas que ele pode fazer (gestor de projeto no Complexo da Maré).

Desenvolver para tornar-se descoberto, visível e sob controle. “Melhorar como pessoa” para expandir horizontes e progredir na vida. Os projetos sociais servem como um passaporte que renova a expectativas dos jovens de favela de fazerem parte da vida na cidade e de redesenharem sua trajetória nas idas e vindas pelo asfalto. Para tanto, os

projetos buscam equipar seus inscritos com saberes e habilidades que os ajudem na sua inserção na cidade formal. Isto se traduz em ser capaz de rerepresentar-se sob um outro papel, o de um ser (des)envolvido ou em (des)envolvimento pela inserção em uma nova rede de relações, uma outra teia de interdependências bem além da favela. As competições em circuitos locais, nacionais e internacionais de *tae-kwon-do*, *jiu-jitsu*, futebol ou ginástica artística servem como ilustrações deste fazer crescer para se tornar mais forte, mais um na disputa por um lugar no mercado.

O (des)envolver do envolvido em um novo envolvimento não se dá sem que sejam cobradas sucessivas provas de conversão aos novos padrões de desenvolvimento. Cabe repetir que estes testes de adesão não afiançam garantias de que a etiqueta ‘de origem’ seja descartada em definitivo, e não passam recibo social de que um novo status pretendido seja aceito. O envolvido desenvolvido está sujeito a ouvir, mediante a detecção de uma falha qualquer, que “só podia ser coisa de favelado”, uma frase típica que funciona como uma descarga que devolve ao lugar social de procedência.

Para dentro e para fora das favelas, a nova etiqueta que os “empreendedores sociais de si” e os demais “jovens de projeto” (Novaes, 2006) visam produzir não tem um mapa de voo que possa emprestar alguma previsibilidade ao destino pretendido. Como abandonar o lugar de “classe média de favela”, uma posição um pouco mais confortável na corrida liberal a um lugar ao sol se não há muitas garantias de que se pode mesmo entrar para a universidade via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)? Os caminhos da menina que quer ser delegada federal e do menino que gostaria de ser engenhei-

ro da Petrobrás têm muitas pedras. Assim, os jovens precisam abandonar um endereçamento social ou deixá-lo restrito a certas áreas, teias e contextos, sem que ainda saibam qual etiqueta estarão vestindo mais adiante. Jovens de projeto social colecionam muitas camisas de seus projetos. Afinal, todas elas podem vir a servir como atestados de bons antecedentes que saciam apetites dos agentes do controle.

Os percursos realizados não são caminhos lineares, naturais ou previsíveis, mas pressupõem obstáculos, interrupções e até mesmo regressos. É a faculdade de Direito que precisa ser interrompida pela impossibilidade do pagamento da mensalidade. É o cursinho gratuito que não pode ser frequentado sem que haja um nivelamento anterior a seus conteúdos, práticas e linguagens. É a competição esportiva que pode ser abandonada por falta de equipamentos pessoais. É a formação escolar que não segue ano a ano, pois pode ser preciso largar os estudos e arrumar um trabalho, formal ou informal, por conta da perda de um parente, vítima da violência. Experimenta-se tudo isso como uma tensão que produz inseguranças sobre a reprodução material e simbólica. Ao mesmo tempo que os jovens de projeto se ocupam de apreender novos padrões de sociabilidade, eles necessitam tomar cuidado redobrado com a própria vida, ao alcance da desconfiança dos mercadores da morte que disputam a favela. Eles também precisam manter-se vigilantes para resistir às pressões do imediatismo, do consumo conspícuo e das teias cambiantes do envolvimento com o crime.

O jovem que se pretende (des)envolvido tem como um de seus maiores desafios tentar correr contra o tempo para cavar e consolidar as oportunidades, superando a

provisoriedade dos acessos sociais em seu cotidiano. Este trava uma luta para inscrever no devir a busca do futuro no presente. Já o *vida loka*, um de seus antagonistas na favela, experimenta o tempo no seu imediato, na intensidade do aqui e agora para a fruição do que o momento pode oferecer diante de uma realidade que se faz precária e percebida como provisória. Ele não quer extrair o futuro do seu presente, se deixa conduzir na e pela deriva. O primeiro, propositado, parece querer cumprir uma saga dramática, com percalços, sofrimento, resignação e superação. O segundo, desmesurado, parece se propor a encenar uma sina trágica, com desgovernos, excessos, extravagâncias e fatalismo. Personagem dramático ou trágico: pode acontecer de um e outro sobrar ou morrer. Em uma realidade de cercas itinerantes, sob medida para cada nova dúvida de envolvimento com o crime, a distância entre salvação e danação é atravessada pela correnteza do imponderável de um tiroteio não avisado ou de uma “bala achada”, mesmo lá no mundo mais tranquilo e favorável do projeto social.

Medo de morrer, medo de sobrar e ter “muita resistência para sobreviver”, mantendo-se alerta à próxima desviância a ser feita nas expectativas sociais de que haveria algum envolvimento com o crime. Mesmo quando o medo não se faz um conselheiro à moda de Leviaã, ele está lá na favela, concretamente presente, a fazer lembrar dos riscos que podem, a qualquer momento, transformar um pequeno ato em grandes fatos consumados. Medos tangíveis. Medos próximos, logo ali dentro da rotina. Dormir e acordar com um bagulho desses: o medo de sair e não poder voltar para casa, o medo de ter a casa invadida, o medo de não ser socorrido pelo SAMU, o medo de perder o

pouco que se tem, o medo de ter um parente desaparecido, o medo de ser rotulado como um traíra. Muitos receios que pontuam os deslocamentos dos jovens de favela, medos sentidos de gente de dentro e do pessoal de fora. Medos que motivam cálculos sobre como manejar as tramas do envolvimento. Medo das consequências do jogo acusatório: estar envolvido, ficar envolvido e ser envolvido.

Assumir a condição de jovem de periferia ou jovem de favela não é postura unívoca. Uma gama de estilos, jeitos de ser, de se produzir e se reproduzir estão a disposição e revelam as juventudes, em seu plural, como um mosaico em constante construção, reordenamentos e recomposições. Os signos do ser jovem são também transfronteiras e reapropriados em sua significação local. Estes deslocamentos entre o local e o global, e suas mimeses, se encontram estampados nas estéticas e nas atitudes dos jovens de favelas que “estão ligados”, assim como os jovens do asfalto, aos anúncios virtuais dos múltiplos mundos transmitidos pelas telas de seus smartphones. Os jovens da geração digital vivenciam, em seus distintos modos significacionais, a angústia de estarem, ainda que interinamente, *unplugged*, desatentos ou desconectados de alguma rede social, algum grupo virtual de afinidade, alguma zueira. Eles experimentam a ansiedade de acontecerem “perdidos”, esquecidos e invisíveis, mesmo que provisoriamente.

Mas, além disso, os jovens cariocas apontam o “desemprego” e a “violência” como os problemas que mais os preocupam. E, sem reservas, denunciam seus principais medos: o “medo do futuro” e o “medo de morrer”. Tal como revelado por Novaes (2006), o medo do futuro aproxima-se do “medo de sobrar”, de ficar de fora, de não ter serventia ou uti-

lidade no mundo do trabalho. Já o “medo de morrer” reporta-se ao temor de ter uma morte precoce provocada pela “violência urbana”.

Medo de sobrar e medo de morrer, com inscrições distintas no imaginário social das juventudes, parecem trazer como lugar comum à experimentação contemporânea e globalizada da exclusão e de suas expressões de insegurança. Um e outro medo, num recorte mais estrutural, aponta para a uma modernidade líquida, na qual torna-se possível e rentável a fabricação de vidas desperdiçadas, como gostaria Bauman (2005). Indivíduos cuja existência pode ser barateada e tornada supérflua. Seja por uma displicência do progresso econômico que, de forma não planejada, produz baixas colaterais. Seja por uma dispensa intencional da proteção da lei pelas agências públicas que informam que certos sujeitos não seriam alvos legítimos da seguridade social. Seja por uma sanção dos atores da construção da ordem que identificam que certos indivíduos seriam irrecuperáveis. Vidas que podem ser descartadas por alguma inadequação aos requisitos das políticas públicas, às exigências mutantes do mercado e as razões de segurança do Estado.

Se para as juventudes há diferenciações entre o “medo de sobrar” e o “medo de morrer” (Novaes, 2006), para as juventudes de favelas, inseridas ou não em projetos sociais, tais medos podem levar à promoção de diferentes estratégias de conduta diante do medo de estudar e, ainda assim, não conseguir emprego ou de não conseguir durar no trabalho. A experiência dessas juventudes com o trabalho é também associada à circulação e à mobilidade pela cidade. Se os pequenos empreendimentos localizados no interior das favelas têm pouca capacidade de sus-

tentação e de absorção de mão-de-obra, a possibilidade e a pretensão de trabalhar podem levar os jovens a regiões distantes de seu lugar de moradia. Essa experiência de circulação, promovida pelo trabalho formal ou informal, apresenta aos jovens as muitas cidades na cidade. Vivencia-se cidades re-embaralhadas e com novas clivagens sem que as antigas tenham sido totalmente superadas ou classificadas. Apresentam uma cidade policêntrica, não mais orientada por um modelo fordista, mas redesenhada por “templos do consumo” que fazem nascer seus centros dentro das periferias. Locais onde os jovens podem estar sob a marca de consumidores e trabalhadores.

Nas cidades brasileiras, e em especial no Rio de Janeiro, antigas fábricas se transformaram em shoppings centers. Tal requalificação de edificações sinalizava para mudanças rumo a cidade-mercadoria de Harvey (2014) que fragilizaram as identidades sociais construídas em torno do trabalho. E, ainda, dinamizaram fronteiras e seus “postos” de controle muito além do relógio de ponto e suas variantes materiais e simbólicas. O convite para participar da festa do “você é o que consome” parece potencializar o medo de sobrar, de não conseguir ser consumidor e, com isso, cidadão. Ao lado disso, a mesma cidade-mercadoria permite que as vidas de alguns jovens sejam vistas como produtos com defeitos de fabricação e sem direito a *recall*, as quais possam estar em constante liquidação, fazendo prosperar o medo de morrer. Medos desigualmente distribuídos entre jovens desiguais.

A conjunção de ambos os medos proporciona a percepção de um futuro distante, de um passado sem inocência e de um presente orientado pela gerência de si no cotidiano. Os jovens de projeto do Complexo do

Alemão que foram entrevistados se mostraram mais resignados em aceitar a sua “falta de futuro”. Encenavam em suas falas uma naturalização do medo de morrer e, por conseguinte, uma valorização da capacidade de gerir este medo a cada momento e da habilidade para flertar com a “vida loka” e o “ronca²⁴”. Esta forma de manobrar com os medos de sobrar e de morrer põe em relevo a encenação de envolvimento como um modo de captar recursos para curtir o presente no seu imediato. No entanto, os jovens do Falet entrevistados faziam questão de explicitar que não iriam se render ao medo de sobrar. Apresentavam-se como inconformados porque informados do que se passa na cidade que, no caso do Falet, fica logo ali ao lado no bairro de Santa Teresa e logo abaixo no sopé do morro. O Rio de Janeiro, com infraestrutura social e urbana e zonas de prestígio a apenas alguns minutos de van. Situavam-se como “abusados” cujas práticas de insolência correspondiam a ir buscar os seus direitos mesmo que muito longe e com resultado incerto. Explicitavam sua vontade de recusa à predestinação trágica de suas vidas, como vidas desperdiçadas. Observou-se que, entre esses jovens o medo do futuro levava a adesão às ofertas vindas do projeto social como o curso gratuito de língua estrangeira, o pré-vestibular, o estágio em empresas públicas e privadas. Lição do projeto dada, lição entendida: descer a favela para subir os degraus reversíveis da mobilidade social. Isto implica em gerenciar do jeito que pode o medo de morrer. Os jovens do Falet entrevistados pretendem “ser alguém para poder consumir”. Isto implica administrar os modos de pertencimento em suas interações, os quais combinam a afirmação de fidelidade ao investimento

²⁴Ronca é expressão usada em favelas cariocas dominadas por quadrilhas de traficantes e de milicianos para se referir ao chefe, ao líder do grupo.

familiar em sua ascensão social, as demonstrações circunstanciais de simpatia com os rapazes do tráfico e de reserva com os homens da polícia. Esta forma de manejar com os medos de sobrar e de morrer põe em relevo a encenação de (des)envolvimentos como um modo de captar recursos para acreditar no futuro do presente vivido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maio de 2017. Momento de finalização da primeira fase do trabalho de campo. Dois meses antes, um vídeo circulou no WhatsApp, mostrando a execução de dois rapazes perto de uma escola municipal na Zona Norte do Rio²⁵. Deitados no chão, um deles ainda tentou se levantar antes de ser alvejado mortalmente pelo policial. O ato surpreendeu e embaralhou as vozes dos vizinhos que filmavam a cena de uma janela indiscreta. Quanto pior a experiência do real, maiores as possibilidades de edição e disseminação virtuais. O cenário era de mais um confronto entre policiais militares e suspeitos que já tinha produzido uma vítima naquela manhã: Maria Eduarda, 13 anos, baleada dentro da mesma escola enquanto corria dos tiros. A morte da adolescente causou revolta na internet por tratar-se de “um inocente”. As mortes dos jovens, nem tanto. Os seus marcadores sociais podiam indicar algum “envolvimento com o crime”. Na dúvida, se são “marginais” ou não, os discursos temerosos mantêm-se leais à engrenagem do envolvido-com. Trazem à cena da linguagem conjecturas sobre um passado idealizado (“eles foram envolvidos”), um presente ameaçado (eles podiam estar se envolvendo) ou um futuro determinado (eles serão envolvidos). Os policiais militares, flagrados na execução, foram presos no mesmo dia e

prestaram depoimento por homicídio qualificado. Dois rapazes e uma menina, agora “mais uns na estatística”, elevaram o número de mortes causadas por intervenção policial na cidade²⁶.

“O Rio mergulhado na guerra” é uma metáfora repisada sobre mais estes episódios que desencadeiam disputas em torno de seus sentidos. As mortes foram denominadas como “covardia”, mas não por todos e nem por muito tempo. Afinal, estar em guerra contra o crime é viver excepcionalidades como rotina e se deixar convencer de que é necessário um governo continuado de exceção para os outros de nós, lá longe nas “áreas conflagradas”, ali nas “comunidades de risco”, enfim, nos territórios-favela.

Os rapazes mortos mobilizaram falas condenatórias sobre suas credenciais identitárias, cuja potência de sua reverberação pode ser sentida pela ausência de outros adjetivos negativos sobre sua condição já suficiente de “bandidos”. Uma acusação totalizadora que funciona como chancela para a execução extrajudicial como ação policial consentida, dada de forma explícita e informalmente. É claro, para aqueles categorizados como irrecuperáveis, sem chance de cura. Para os quais seria imperioso como terapia menos uma polícia ostensiva e mais uma polícia ostentatória de seu poder beligerante.

Duas vidas, alguma dor dos próximos e muitos likes de desconhecidos na rede social. As práticas de limpeza social fazem parte do repertório do jogo publicitário e plebiscitário das opiniões instantâneas em rede, estimuladas a saírem do armário pelo agravamento intencional do temor feitos, no mais das vezes, por atores estatais. Estas são vistas como mais produtivas diante da “esca-

²⁵Ver: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-flagrados-executando-dois-homens-sao-envolvidos-em-37-autos-de-resistencia-21141468.html#ixzz4gs7clUr4>. Última consulta em 15/04/2019.

²⁶Sobre as taxas de vitimização letal de cidadãos e policiais no Rio de Janeiro e no Brasil ver <http://www.forumseguranca.org.br>. Última consulta em 30/03/2019.

lada da violência”. Primeiro, porque seriam mais eficazes já que aplicáveis no imediato, ainda no calor dos acontecimentos, e produziram alguma justiça mesmo que vingativa e sujeita a injustiças. Segundo, porque mais econômicas, uma vez que se acredita que reduziriam, pela eliminação dos inabilitados, os supostos gastos futuros com o social, a segurança, a justiça, a prisão, etc.

É em um contexto percebido como estruturado por desconfianças recíprocas e perseguição diversificada de envolvimento que tem prosperado o apoio social às arbitrariedades cometidas por certos policiais. Estas soam como manifestações exemplaristas que ofertam satisfação moral a grupos sociais adeptos da senda punitiva. Elas se apresentam como um tipo de alívio imediato do assédio moral que estes segmentos acreditam viver ao se verem “forçados a conviver” com as alteridades: Sorria, você não será uma vítima das razões de segurança se não for enquadrado como envolvido-com. Mas, sorria com cautela no canto da boca, pois não se tem garantias de onde as cancelas andarilhas que separam os “cidadãos de bem” dos ninguém vão estar e se tem vaga para mais um.

O rendimento potencial da classificação envolvido-com despertou nossa reflexão crítica sobre os seus vários usos e às formas como têm sido manobradas pelos moradores de favela. Esses manejos não são triviais. Eles põem em relevo questões significativas sobre a juventude pobre e seus modos de inserção na cidade e seus distintos mundos. Fornecem pistas valiosas sobre as dinâmicas de inclusão/exclusão, as funcionalidades dos dispositivos de controle e seus efeitos nas trajetórias e subjetividades, sobretudo daqueles que experimentam mobilidades reversas na estratificação social.

O acionamento da categoria acusatória envolvido-com faz aparecer um tipo de saber prático que calcula como manejar com as diversas cercas que surgem, gerenciando, a cada colisão com os agentes de controle do momento, as brechas para fuga dos medos de sobrar e de Uma acusação como força motriz a movimentar uma economia tanto psíquica quanto política entre os jovens de favela. Um achado relativo a esta economia tão singular está contido na expressão repetida por todos os jovens entrevistados e que deu origem a reflexão deste artigo: “Basta estar do lado” para se tornar um envolvido-com. Esta expressão basta para apontar o peso do estigma que os jovens de favela carregam e precisam superar por morarem em áreas sob tutela extensiva e continuada de agentes estatais e grupos criminosos, cujas disputas armadas os fazem alvos de práticas discriminatórias e violentas. morrer.

Os jovens seguem abrindo brechas nas variadas cercas existentes por meio do lazer, da música, da religião, da tecnologia e da inserção em projetos sociais, culturais ou artísticos. Mas perseguem em seus caminhos sempre alertas para nem estar perto nem longe demais do lado que precisam ficar, numa gestão cotidiana de si, que necessita considerar as sujeições de uns e tiranias de outros que estão à sua volta.

6. REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G (2015). *Estado de exceção: [Homo Sacer, II, I]*. São Paulo: Boitempo Editorial, 117p.
- AGIER, M (2011). *Antropologia Da Cidade. Lugares, Situações, Movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 216 p.
- AMORIM, M. S; KANT DE LIMA, R; MENDES, R. L. T. (2005). *Ensaio sobre a igualdade jurídica: acesso à justiça criminal e direito de cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris (Coleção Conflitos, Direitos e Culturas).

- Araujo, M.C. (2003). *Capital Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Augé, M. (2012). *Não Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papi-rus, 111p.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, 176p.
- Bauman, Z. (2014). *Vigilância Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014, 160p.
- Becker, H. (2008) *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 232p .
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007, 556p.
- Bourdieu, P. (2008). *Economia das Trocas Lingüísti-cas*. 2 edition. São Paulo: EDUSP, 430p.
- Bourdieu, P. (2012). *Escritos de Educação*. Petrópolis:-Vozes, 256p.
- Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 272p.
- Cecchetto, F. (2004). *Violência e estilos de Masculini-dade*. Rio de Janeiro: FGV.
- Dias, C.N. (2012). *PCC: hegemonia nas prisões e mono-pólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 456p.
- Elias, N. (1994). *“O processo civilizador”*, V. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N; SCOTSON, John L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 224p.
- Feltran, G. (2016). *Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo*. In:_____. *Cidades. Coleção Ensaio Brasileiros Contemporâneos*. Rolnik, Raquel e Fernandes, Ana (org). Rio de Janeiro: Funarte, p. 1-21.
- Freire-MEDEIROS, B. (2009). *Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística*. Rio de Janeiro: FGV, 164p.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 379 p.
- Foucault, M. (1998). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 158 p.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 572p.
- Frúgoli, JR. H. (2006). *Centralidade em São Paulo: tra-jetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Edusp, 264p.
- Goffman, E. (1988). *Estigma. Notas Sobre a Manipu-lação da Identidade Deteriorada*. Edição: 4ª. Rio de Janeiro: LTC, 158p.
- Gohn, M. (2010). *Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos so-ciais*. São Paulo: Cortez, 103p vol. 3000.
- Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes. Do direito à ci-dade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 293p.
- Hita, M; Gledhill, J. (2010). *Antropologia na análise de situações periféricas urbanas*. Caderno *Metrop*, São Paulo, n. 23, p. 189-209, v. 12, jan/jun.
- Macedo, B. (2015). *Defesa social e segurança pública: desafios para a implantação de políticas públicas de Segurança no Brasil*. Projeto de pós doutorado. Uni-versidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro.
- Magnani, J. (1998) *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, UNESP, 166p.
- Misse, M. (2011). *Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*. *Rev. Sociol. Polit.* Curitiba, n. 40, p.13-25, v.19, oct.
- Monteiro, R. (2011). *Socio-Sporting Projects, Violence Prevention and Suburban Youth in the City of Rio de Janeiro*. *Vibrant*, Brasília DF, v.7, n.2, p166-193.
- Muniz, J; MELLO, J. (2015). *Nem Tão Perto, Nem Tão Longe: O Dilema Da Construção Da Autoridade Po-licial Nas UPPs*. Civitas, Dossiê: Políticas públicas de segurança e justiça. Porto Alegre, *Revista de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 1, pp. 44-65.
- Nora, P. (1993). *Entre memória e história: a problemá-tica dos lugares*. *Revista Projeto História* 10, São Paulo, PUC-SP, p07-29, dez.
- Novaes, R. (2006). *Os jovens de hoje: contextos, dife-renças e trajetórias*. In: “Culturas Jovens. Novos mapas do afeto”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p 105-120.
- Pollak, M. (1989). *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, FGV, vol. 2 n.3, p. 3-15.
- Reis, E. (2011). *Novas Formas de Relacionar Autoridade e Solidariedade: Questões Teóricas e Empíricas*. *Socio-logia & Antropologia*, v. 01, p. 91-118.
- Silva, L. (2004). *Sociabilidade Violenta: por uma inter-pretção da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan.-jun.
- Taussig, M. (1993). *Xamanismo, Colonialismo e o Ho-mem Selvagem - Um Estudo Sobre o Terror e a Cura*. Paz e Terra.
- Vital, C. (2015). *Oração de traficante*. Rio de Janeiro:

Garamond. São Paulo, Universidade Estadual de Campinas . 432p.

Wacquant, Loïc J. (2001). *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Sociedade e Cultura, Goiânia.

Zaluar, A. (2004). *A máquina e a revolta*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985, 270p.

Zaluar, A. *Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 445p.

Data de submissão: 06/11/2019

Data de aceite: 18/03/2020
